



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE ABRIL DE DOIS MIL E OITO

(Artigo décimo primeiro, número dois do Regimento)

-----Aos trinta dias do mês de Abril de dois mil e oito, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim pelas vinte horas e cinquenta e cinco minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objectivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM - INTERVENÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS PARTIDOS POLÍTICOS REPRESENTADOS NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM, SOBRE A EVOCAÇÃO DO TRIGÉSIMO QUARTO **ANIVERSÁRIO DO VINTE CINCO DE ABRIL**, NOS TERMOS DA ALÍNEA R) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE JANEIRO. -----

PONTO DOIS – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO, A, BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PONTO TRÊS – VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ADESÃO À **QUALIFICA-** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS E DE PRODUTOS PARA A VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS TRADICIONAIS PORTUGUESES E FIXANDO AS CONDIÇÕES GERAIS PARA ESSA PARTICIPAÇÃO, DE ACORDO COMA ALÍNEA M) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA DE DEZOITO



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE JANEIRO. -----

PONTO QUATRO – APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DE DOIS MIL E SETE E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE DOIS MIL E SETE, BEM COMO A APRECIÇÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NO ARTIGO QUARENTA E SETE (NÚMERO UM E DOIS) DA LEI DOIS BARRA DOIS MIL E SETE DE QUINZE DE JANEIRO, PARA CUMPRIMENTO DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DA CITADA NORMA LEGAL. -----

PONTO CINCO – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL DE ACORDO COM AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA ALÍNEA q) E r) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

----- (Artigo décimo oitavo, número um do Regimento) -----

----- Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea **b)** do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço **A** barra dois mil e dois de onze de Janeiro, conjugado com o número uma alínea **b)** do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa; Armindo Castelo Bento (Presidente da Assembleia Municipal), Carlos Manuel Russo Mota (primeiro secretário da mesa da Assembleia Municipal); Teresa Isabel Almeida Filipe (Secretária da Assembleia); José Manuel Bento Sampaio; Maria José Carvalho Marques Cardoso; António Marinheiro Miguel; Jorge Alexandre de Castro Videira Veiga Dias; Manuel Luís da Cruz Bárbara; José Rodrigues; Cândido dos Santos Seródio; Sónia Maria Almeida Coelho; Domingos Manuel Monteiro Martins; Augusto Felício Reguinga; Maria José Duarte Seródio Dias; Maria Bernardina Queiroz de Andrada; Carlos Alberto Alves Paulo; Sílvia Isabel Evangelista Bento Fonseca; João Miguel Gonçalves Lopes; Pedro



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

António Mendonça Ramos; Carlos Alberto Roxo Cardoso; Manuel Bastos Martins (Presidente de Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Francisco Leonor Sampaio (Presidente da Junta de Almeirim); José David Ventura Gouveia (Presidente de Junta da Raposa); Amândio Braulino Freitas (Presidente de Junta de Benfica do Ribatejo); do Executivo Municipal o Senhor José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (Presidente da Câmara Municipal); Pedro Miguel César Ribeiro (Vice-Presidente); Maria Joana Vidinha Batista (Vereadora); Francisco Manuel Maurício do Rosário (Vereador); José Carlos Silva (Vereador) e Pedro Pisco dos Santos (Vereador). -----

Registam-se, assim, as faltas; do Executivo Municipal: Maria Manuela Santos Ferreira Cunha (Vereadora). -----

----- Sendo vinte horas e cinquenta e cinco minutos, declarou o senhor Presidente da Assembleia, aberta a sessão. -----

-----PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea A do Regimento) -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» – Vamos passar à análise e votação da acta de vinte e nove de Fevereiro de dois mil e oito. -----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Sobre esta acta, a única coisa que pretendo dizer, que embora ela me tenha sido enviada com alguma antecedência, direi que em termos de conteúdo está como eu disse, a forma acho discutível, isto porque por vezes a forma atrapalha o conteúdo. Por esta razão vou optar pela abstenção relativamente a esta votação. -----

----- * **Votação da Acta da Sessão ordinária de vinte e nove de Fevereiro de dois mil e oito:** tendo sido dispensada a sua leitura, em virtude da mesma ter sido antecipadamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal - Aprovada por maioria, Com vinte e dois votos a favor, treze do grupo do PS, três do grupo do PPD/PSD e três do grupo do CDU. Três abstenções: uma do grupo do CDS-PP e duas do grupo da CDU. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» – Foi distribuído o resumo da correspondência que deu entrada na Assembleia durante este período, pelo que dispensamos a sua leitura. -----

-----CORRESPONDÊNCIA-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea B do Regimento) -----

Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia, datada de vinte e nove de Fevereiro de dois mil e oito, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por: -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

----- **A ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses**, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: - Boletim da ANMP, referente ao mês de Fevereiro e Março de dois mil e oito. -----

----- **CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens**, enviou a esta Assembleia, Ofício a informar da eleição do Comandante da Guarda Nacional Republica, Sargento Maximiano para Presidente da CPCJ dois mil e oito barra dez. ---

----- Governo Civil de Santarém – Convite para a apresentação do Dispositivo Operacional de Combate aos Incêndios Florestais do Distrito de Santarém em Ourém no dia vinte cinco de Abril, junto ao Parque Linear. -----

----- Assembleia Distrital de Santarém - enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Moção sobre a Colónia Balnear da Nazaré. -----

----- **O Grupo Parlamentar do PSD**, Ofício a remeter cópia do requerimento enviado pelo Deputado Vasco Cunha ao Presidente da Assembleia da Republica sobre o Observatório do Sobreiro da Cortiça na Zona Industrial do Monte da Barca. ---

----- **O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almeirim**, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofício a solicitar a marcação da presente Sessão Ordinária da Assembleia; Ofício a solicitar a convocação da Comissão Municipal Habitação e Urbanismo. -----

----- **Câmara Municipal do Cartaxo** – Ofício a remeter Boletim Municipal número três – Abril de dois mil e oito. -----

----- **Justificação de Faltas** ofício de José Assunção Santo Alfaiate a solicitar a sua substituição. -----

-----PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA-----
----- (Assuntos de interesse local - Alínea c) do Regimento) -----

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) »» – Fiz entrar na mesa e, distribui por todos os Membros da Assembleia uma proposta de recomendação. -----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» – Quero comunicar a esta Assembleia que finalmente se fez luz, relativamente à localização do novo Aeroporto. Começou por ser na OTA e agora parece que vai ser em ALCOCHETE. Está explicada esta mudança e possíveis mudanças de futuro. Primeiro estava para ser na OTA, parece que foi feita uma reavaliação dos terrenos, de modo a que o Estado pudesse cobrar mais impostos. Agora pelo nosso concelho, também já começou a sofrer reavaliações, dado que o aeroporto será em ALCOCHETE. -----

----- (alínea f) do artigo vigésimo quatro do Regulamento) -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Entrou na mesa desta Assembleia os seguintes documentos: Voto de saudação ao vinte cinco de Abril, Voto de condenação e protesto



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

sobre a violência no Tibete, Recomendação para a construção de um memorial aos ex combatentes de Almeirim; Recomendação de uma postura municipal sobre a passagem de viaturas de transporte de matérias perigosas, Recomendação sobre a escassez de médicos nos postos de saúde de Almeirim; Voto de congratulação à Comissão Organizadora do Festival Internacional de folclore; Proposta de Louvor ao Rancho folclórico de Benfica do Ribatejo; Voto de protesto pela forma como está a decorrer a construção das acessibilidades aos CIRVER 's da Chamusca. -----

-----Voto de Saudação-----

CARLOS MOTA (Grupo do PS) »» Nesta sessão de trinta de Abril da Assembleia Municipal de Almeirim propomos um VOTO DE SAUDAÇÃO ao trigésimo quarto aniversário do vinte cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro, acto integrante na nossa História que permitiu o reconhecimento de valores fundamentais, como a liberdade de expressão, de reunião e a concepção de uma sociedade mais solidária e mais justa e, a existência constitucional deste órgão autárquico, representativo da população do nosso Concelho, através da legitimidade da sua livre escolha pelo voto livremente expresso. -----

Comemorar Abril em dois mil e oito é poder continuar a lutar para transformar sonhos e esperanças em projectos colectivos, dar forma às legítimas aspirações das populações e concretizar os seus desejos de uma cidadania de vivência em Liberdade e Democracia. -----

Comemorar Abril em dois mil e oito são podermos continuar a contribuir de forma decisiva para concretizar activamente a nossa participação nas decisões estratégicas no nosso Concelho, traduzindo em qualidade de vida as suas expectativas, quer nas zonas urbanas, quer nas rurais em todo o território do nosso Concelho, honrando assim o nosso compromisso político firmado através da respectiva opção do seu voto.

Comemorar Abril em dois mil e oito é ainda, podermos transmitir aos mais jovens alguns dos valores de Abril, da liberdade, fraternidade e solidariedade, continuando a sonhar criando assim uma sociedade mais justa e equilibrada. -----

Comemorar Abril em dois mil e oito e ter esperança de que haja sempre um Abril, renovado de ideias, numa sociedade que ciclicamente gera desequilíbrios, como exclusão, marginalidade e injustiças, sendo fundamental e salutar que os jovens sintam a necessidade de serem os futuros arautos dos desvios e os defensores dos nobres ideais que enriquecem sempre as Comunidades de Cidadãos. -----

Comemorar Abril em 2008, é por fim, poder ter festejado em liberdade e democracia e honrar todos aqueles que de uma maneira ou de outra, contribuíram para que a nossa



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

terra continue a ser uma das MAIS DESENVOLVIDAS e com a expectativa de UMA MELHOR QUALIDADE DE VIDA, como resultado das nossas opções e da nossa livre escolha e na exigência de um Poder Local democrático, forte, prestigiado, como uma das maiores conquistas do vinte cinco de ABRIL. -----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) » » Vou votar contra esta proposta pelas seguintes razões: Independentemente de algumas verdades que aqui possam estar escritas, entendo que o desenvolvimento de uma sociedade nada tem a ver com o regime político que essa sociedade tem, mas tem a ver com os cidadãos, se são preparados e se exercem livremente a sua actividade cívica. -----

Sendo oposição, não considero nem de perto nem de longe que Almeirim seja dos concelhos mais desenvolvidos e com expectativas de uma melhor qualidade de vida. Por esta razão vou votar contra. -----

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) » » Naturalmente que votarei a favor e, a nossa bancada também votará a favor relativamente ao voto de saudação sobre o vinte cinco de Abril, uma data muito importante, que marcou a minha geração e as gerações posteriores. -----

Nós temos uma intervenção escrita que vamos reservar para o primeiro ponto da Ordem do Dia. -----

MANUEL LUÍS BARBARA (Grupo do PS) » » Sobre o Voto ao vinte cinco de Abril, votaremos a favor. -----

Gostaria de responder à Doutora Maria Bernardina a propósito da sua intervenção sobre o vinte cinco de Abril. Quem não conheceu Almeirim antes do vinte cinco de Abril e, pós vinte cinco de Abril, com todo o desenvolvimento que se fez, no plano da educação, no plano social, económico ...é que pode dizer que um regime político não condiciona o desenvolvimento social, económico, educacional e valores democráticos. -----

-----Direito de Resposta-----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) » » Quero dizer que o senhor Drº. Manuel Luís Barbara, como regra geral, a maioria das pessoas se esquece que o próprio tempo também altera as coisas. A evolução de uma cultura não se faz exclusivamente à conta de regimes políticos. Faz-se à conta da ciência, de novas descobertas, da produção massiva ... -----

*** Votação do Voto de Saudação sobre o vinte e cinco de Abril -----**

APROVADO POR MAIORIA Com vinte e três votos a favor, quinze do grupo do PS, três do grupo do PPD/PSD; e cinco do Grupo da CDU. Um voto contra do Grupo do CDS-PP. (Proposta apresentada pelo grupo do PS). -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

~~Voto de protesto~~

CARLOS PAULO (Grupo do PS) »» Os cidadãos que integram a Assembleia Municipal de Almeirim não podem ficar indiferentes com a escalada de violência no Tibete e, por isso, queremos juntar o nosso protesto e condenação num apelo ao respeito, em todas as circunstâncias, pelos Direitos Humanos e liberdades civis e manifestar o nosso pesar pelas vítimas dos confrontos entre as forças de segurança chinesas e a população tibetana no início do mês de Março. -----

Quando estamos perante uma situação que viola todas as normas Mundiais de direitos Humanos e liberdades civis, quando presenciamos (através da comunicação social e outros meios) diariamente, a violência utilizada pelas forças de segurança Chinesas, contra a população Tibetana, a Assembleia Municipal de Almeirim, na sua sessão ordinária de trinta de Abril de dois mil e oito e de acordo com as competências previstas na alínea o) do número um do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, conjugado com alínea f) do número um artigo vigésimo quarto, e com a alínea n) do número um do artigo quarto do Regimento da Assembleia Municipal de Almeirim, deliberou solicitar junto do Governo de Portugal que recomende às autoridades chinesas uma maior contenção no uso da força, bem como o respeito pela liberdade de expressão e direito à manifestação pacífica e que merece a nossa inteira condenação a forte a falta de liberdade religiosa e de direitos humanos no Tibete. -----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Quando recebi este Voto de Condenação e Protesto, houve várias coisas que me chamaram a atenção. A primeira é porque estamos a exigir ao Governo Português que exija ao Governo Chinês, que modere a violência... eu não quero violências moderadas! Eu quero violências acabadas. -----

Segundo, acho muito bem que este voto se faça, embora sempre tenha ouvido que “a caridade começa em casa”. Quando temos um código Penal aprovado pelo PSD e pelo PS, em que os maridos que batem nas mulheres e nos filhos, obtêm uma pena de prisão até cinco anos, nada me espanta! Era preferível que esta Assembleia recomendasse ao Governo Português uma rápida alteração ao Código Penal. -----

Por esta razão voto contra. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE BENFICA DO RIBATEJO »» Neste documento apela-se a que o Governo recomende às autoridades chinesas uma maior contenção no uso da força. Pressupõe-se que ainda assim será legítimo o uso de alguma força. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Nós, CDU dizemos o seguinte: -----

- Não é legítimo o uso da força contra manifestações pacíficas, que visam expressar o direito à Liberdade; -----

- Mas, consideramos que tanto o uso da força é ilegítimo no Tibete, como no Iraque, Palestina, Zimbabué, Somália Sudão, Kosovo e outras partes do Mundo, também diariamente objecto da comunicação social; -----

Assim sendo, só a referencia à falta de liberdade religiosa e de direitos humanos no Tibete afigura-se-nos redutora da realidade mundial e tendenciosa politicamente. Propomos que outros países em que os Direitos Humanos são sistematicamente violados sejam incluídos, para que possamos dar o nosso apoio incondicional a este voto. -----

MANUEL LUÍS BARBARA (Grupo do PS) »» Para aglutinar mais algumas forças políticas presentes nesta Assembleia, proponho que; em vez de se ler “uma maior contenção no uso da força”, se leia “abstenção do uso da força”. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» A palavra “Contenção” foi substituída por “abstenção”. -----

Votação do Voto de Condenação e Protesto sobre abstenção da violência no Tibete. -----

APROVADO POR MAIORIA Com dezoito votos a favor, quinze do grupo do PS e três do grupo do PPD/PSD. Cinco abstenções do grupo da CDU. Um voto contra do grupo do CDS-PP. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Passamos à análise da proposta sobre a Recomendação ao Executivo Municipal para a construção de um memorial aos ex combatentes de Almeirim. Importa lembrar, que alguns anos atrás, foi intenção da Câmara a construção de um monumento que reflectisse “ sentimento de todos aqueles que deram o melhor que tinha na altura, que era a sua própria vida., infelizmente o tempo tem passado sem que o referido monumento tenha vindo à luz do dia, esperamos que seja desta vez! -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Apesar de alguns erros, nomeadamente ao nível da legística, nós vamos votar favoravelmente. -----

*** Votação da Postura Municipal de Transito** -----

APROVADO POR UNANIMIDADE - Recomendação – Postura Municipal de Transito do Concelho de Almeirim de proibição e Condicionamento ao transporte de Mercadorias e Resíduos Perigosos nas Vias de Jurisdição Municipal. -----

-----Recomendação-----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

----- (alínea f) do artigo vigésimo quatro do Regulamento) -----

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) »» O Decreto Lei número vinte e oito barra dois mil e oito de vinte e dois de Fevereiro, pretende implementar os agrupamentos de centros de saúde (ACES); O Concelho de Almeirim ficará agrupado com os Concelhos de Alpiarça, Chamusca, Benavente e Salvaterra de Magos; O Concelho de Almeirim, à semelhança de outros, é carente em recurso humanos (faltam quatro médicos, três enfermeiros, quatro administrativos e três auxiliares da acção médica); No Concelho de Almeirim há tares mil setecentos e cinquenta utentes (quinze virgula dezoito por cento) sem médico de família e mais mil quinhentos e vinte cinco com assistência por curtos períodos de tempo na semana, por médico destacado; A população que recorre ao centro de saúde e extensões é essencialmente uma população rural, idosa, com muitos problemas de saúde e com poucos recursos financeiros; As unidades de Saúde Familiar que se pretendem instalar até ao final do ano não resolvem o problema da falta de consultas, apenas permitem dizer publicamente que há menos utentes sem médico de família, já que o número de médicos de família diminui de cento e noventa e sete, em três anos (em dois mil e três – sete mil cento e setenta e três; em trinta e um de Dezembro de dois mil e seis – seis mil novecentos e setenta e seis); A Autarquia de Almeirim integra o Conselho da Comunidade (Artigo trinta e um) com um representante indicado pela Assembleia e tem ainda a possibilidade de vir a presidir ao Órfão com um representante indicado pelas Câmaras Municipais da área de actuação do ACES, que presidirá ao Órgão; O Programa XVII Governo Constitucional reconheceu os cuidados de saúde primários como pilar central do sistema de saúde e os ACES são definidos como serviços públicos de saúde com autonomia administrativa, constituídos por várias unidades funcionais, que agrupam um ou mais centros de saúde, e que tem por missão garantir a prestação de cuidados de saúde primários à população de determinada área geográfica; A Assembleia Municipal de Almeirim, reunida a trinta de Abril de dois mil e oito, preocupada com a falta de recursos humanos (médicos e outros) que permitam assegurar o direito à saúde de toda a população, consagrado constitucionalmente, recomenda o seguinte: -----

Recomenda ao Executivo Camarário que envie este conjunto de preocupações ao Senhor Primeiro-ministro; Senhora Ministra da Saúde, ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da Região de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, no sentido de saber se haverá recursos humanos previstos para o concelho de Almeirim, de



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

modo a atingir o desiderato de garantia de prestação de cuidados de saúde primários à população, como é intenção proclamada do presente Decreto-lei. -----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Gostava de ter tido uma cópia da recomendação que acabou de ler, ou que tivesse sido distribuída atempadamente. ----

O que esta Assembleia vem sucessivamente fazendo neste tipo de recomendações e propostas, é recomendar ao Senhor Primeiro-ministro, ao Governo...julgo que talvez fosse útil saber o que a Assembleia e a Câmara podem fazer para resolver este tipo de situações. -----

CARLOS CARDOSO (Grupo do PS) »» Concordo com a recomendação do grupo da CDU. No entanto, gostava de informar que numa reunião da Comissão de Saúde no dia oito de Novembro de dois mil e seis estes casos já tinham sido referenciados e, numa reunião foi solicitado que se informasse a Administração Regional de Saúde que o número de vagas em falta para o Concelho de Almeirim fosse preenchido. -----

*** Votação da RECOMENDAÇÃO SOBRE RECURSOS HUMANOS DA ÁREA DA SAÚDE.** -----

APROVADO POR MAIORIA Com vinte e quatro votos a favor; quinze do grupo do PS, três do grupo do PPD/PSD e seis do grupo da CDU. Uma abstenção do grupo do CDS-PP. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Segue-se a proposta de Louvor ao Rancho Folclórico de Benfica do Ribatejo. -----

----- (Voto de Louvor) -----

SÓNIA COELHO (Grupo da CDU) »» A Assembleia Municipal de Almeirim, louva a alegria a que fomos prendados, pela iniciativa e desempenho de todos os envolvidos neste grande evento. -----

Agradecimento muito especial, às pessoas e aos Ranchos envolvidos, trabalharam arduamente, deixando os seus afazeres pessoais, para nos apresentar um rol de actividades muito atractivas e apreciadas por todos. -----

As nossas raízes muito bem cuidadas, com muita dedicação, muita tradição, jamais esquecidas e sendo representadas por vários grupos, os quais nos orgulham. -----

Foi com muito agrado assistirmos ao folclore internacional, uma iniciativa extraordinária para o nosso Concelho, votos para que continuem. -----

O nosso folclore hoje aqui, amanhã pelo mundo fora, tradições, trajes, danças músicas, espalhando cultura. -----

Bem-haja ao folclore! -----

***VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE LOUVOR AO RANCHO DE BENFICA** -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

APROVADO POR UNANIMIDADE

(Voto de Louvor)

AUGUSTO FELICIO REGUINGA (Grupo do PPD/PSD) » » A história viva de um povo tem a sua representação máxima no Folclore, na medida em que este é a expressão da vida quotidiana das nossas gentes através da animação de ritos e costumes de trabalho e lazer, lendas, tradições e festas populares.

A preservação da memória colectiva é mantida através da encenação, danças e canções levadas a cabo por agrupamentos populares sob a forma de Grupos Folclóricos, Ranchos Folclóricos, Grupos Etnográficos.

A organização de um encontro de folclores à escala internacional permitiu um diálogo de culturas, contribuindo para a divulgação das tradições e gentes de Almeirim, que traduzem a identidade e a memória de um povo no coração do Ribatejo.

Permitiu ainda conhecer as tradições, os costumes e a cultura popular doutros povos, que na dança manifestam a alma das suas gentes, o que permitiram a todos aqueles que participaram ou assistiram a este evento, a compreender os outros povos a através da mesma mensagem – o Folclore.

Este é a expressão viva da diversidade cultural das tradições e da sustentação da memória de um povo para o futuro. Neste encontro de culturas ou no cruzar de tradições de nações, o Concelho de Almeirim ficou mais rico na sua alma, apesar das contrariedades incompreensíveis por vezes sentidas.

Se é verdade que este evento deu a conhecer a todos os Almeirinsenses as tradições e costumes de Almeirim. A realização deste evento permitiu levar para além das terras lusas, a identidade histórica de Almeirim que é necessário preservar e defender.

Por isto, o Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim apresenta o presente Voto de Congratulação a todos aqueles que, de corpo e alma permitiram que este evento fosse possível, em prol do Folclore, das nossas Tradições e Cultura do Concelho de Almeirim.

***VOTAÇÃO DO VOTO LOUVOR À COMISSÃO ORGANIZADORA DO FESTIVAL INTERNACIONAL DE FOLCLORE,**

APROVADO POR UNANIMIDADE

(Voto de Protesto)

ANTÓNIO MIGUEL (Grupo do PPD/PSD) » » O Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia da Assembleia Municipal de Almeirim, manifesta a sua preocupação através deste protesto, pela forma como está a decorrer a construção das acessibilidades aos CIRVER's na Chamusca.



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A partir de meados deste ano, os CIRVER – Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos – iniciarão a sua laboração no concelho da Chamusca, tendo uma capacidade para tratar entre oitenta mil e cento e cinquenta mil toneladas de resíduos industriais perigosos (conforme notícia publicada no jornal “O Mirante”, edição de vinte e um de Fevereiro de dois mil e oito. -----

O funcionamento dos CIRVER terá, como implicação principal, o acréscimo do tráfego de veículos pesados que, do norte e do sul, do este e do oeste de Portugal, que confluirão para ali. Estando os CIRVER na Lezíria do Tejo, num concelho vizinho do de Almeirim, e dada a inexistência de alternativas de transporte rodoviárias, que não as actualmente existentes, que implicam o atravessamento diário de diversas localidades do Concelho de Almeirim de camiões com resíduos perigosos, a Assembleia Municipal de Almeirim já antes tinha reconhecido a necessidade da construção urgente do IC três. -----

A alternativa às vias existentes é o IC três, que ligará Almeirim a Tomar, cujo Estudo de Impacto Ambiental já esteve em consulta pública, tendo já sido definido o traçado a adoptar. -----

No entanto, circularam no Verão passado algumas notícias que davam conta da intenção do Governo colocar portagens no IC Três. Aliás, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, em declarações ao jornal “O Mirante” (edição de vinte e três de Agosto de dois mil e sete) dizia: «Soube, na Direcção de Estradas de Santarém que está de pé a hipótese de se concessionar este troço do IC Três, passando a funcionar como auto-estrada e fazendo a ligação até Coimbra, funcionando como alternativa à A UM. Isso poderá vir a abreviar a construção porque, como sabemos, a situação financeira não é alheia a este processo.» -----

Há cerca de um mês, o Engenheiro Fonseca Ferreira, Presidente da Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo afirmava que em termos rodoviários, a proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo é a de «dar prioridade à construção da A TREZE, a auto-estrada Porto Alto/Almeirim e que está previsto prolongar pela antiga Nacional TREZE (Coimbra, Tomar, Chamusca, Alpiarça, Almeirim)». Disse, ainda, a este propósito, que «tal como em relação ao comboio que deslocamos da tradicional linha do Norte, em que tudo confluía para Lisboa, aqui também passa a ser um desdobramento da A UM. Desde Coimbra passa a haver alternativa à A UM para conduzir directamente ao aeroporto e ao sul do País.» -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assim sendo pelas declarações de responsáveis políticos tudo nos leva a crer que há uma intenção efectiva de portajar o IC Três, transformando-o em auto-estrada. É contra isso que estamos e por isso que apresentamos o presente voto de protesto. ----

Com portagens no IC Três acreditamos que o principal problema que se coloca às populações do Concelho de Almeirim, derivado aos riscos de circulação nas zonas urbanas de camiões com resíduos industriais perigosos manter-se-á. Os veículos que, a partir de meados deste ano, iniciarem o transporte dos resíduos perigosos para os CIRVER optarão, sempre, por fazê-lo pelas vias onde não se pague portagens. -----

O Grupo do PPD/PSD – Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim, protesta contra qualquer intenção de introduzir portagens para os pesados que pretendam aceder aos CIRVER na Chamusca e mais uma vez alerta para que o processo de construção do IC Três entre Almeirim e Tomar, seja concluído rapidamente, tendo em conta que os transportes com resíduos perigosos atravessam localidades do nosso Concelho, onde um acidente rodoviário pode representar uma catástrofe. -----

Solicitamos à Mesa da Assembleia Municipal de Almeirim que, se este Voto de Protesto for aprovado, o mesmo seja publicado nos órgãos de comunicação social regional. -----

***VOTAÇÃO DO VOTO DE PROTESTO** pela forma como está a decorrer a construção das acessibilidades aos CIRVER's na Chamusca. -----

REJEITADA POR MAIORIA Com Quinze votos contra do grupo do PS e dez votos a favor; seis do grupo da CDU, três do grupo do PPD/PSD e um do grupo do CDS-PP.

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) » » A bancada do PSD lamenta que a bancada do PS tenha assumido que é a favor de portagens no IC Três, que vão afastar os camionistas que transportam resíduos, e que é a favor do atravessamento de Almeirim por camiões de transporte de resíduos e matérias perigosas. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MANUEL LUÍS BARBARA (Grupo do PS) » » Começo por dizer que os camiões estão por Lei proibidos de passar nas povoações. Nós votamos contra, porque a redacção da proposta está confusa e, porque este assunto vai ser discutido na Comissão de Transito. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) »» Nós votamos a favor porque se trata de um eixo estrutural importante. Não tem tido o andamento desejado, embora saiba que tem havido esforços nesse sentido mas, não se vislumbra a concretização deste objectivo. De facto a hipótese de portagens não é para nós defensável, por isso, entendemos que é necessário mostrar um cartão vermelho ao Governo, que continua a não decidir sobre uma via que é importante para a saúde das populações. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Foi distribuído a todos os membros da Assembleia um estudo sobre a toxicodependência referente ao Concelho de Santarém, que penso não ser muito diferente do nosso Concelho. -----

----- (Interpelação à Mesa) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Esta interpelação tem a ver com o facto de não ter sido distribuída uma Moção do PSD sobre os Ex Combatentes. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Esta Recomendação Surgiu após o dia nove de Março, depois de uma iniciativa inédita em Almeirim, Que reuniu bastantes combatentes, em especial da Guerra do Ultramar. -----

Como Almeirim também teve combatentes na primeira guerra, seria justa a existência de um memorial que fizesse referencia também e esses combatentes. -----

Sobre esta recomendação alguém quer intervir? -----

PRESIDENTE DA JUNTA DA RAPOSA »» Não tenho nada contra a presente proposta, no entanto discordo que caso venha a ser aprovada não seja implantada numa das rotundas, como aqui é sugerido na proposta. Sugiro assim que este monumento seja erigido noutra local do Concelho onde melhor possa ser apreciado. --

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS/PP) »» Subscrevo integralmente o que disse o Presidente da Junta, José David. Penso que ainda não é desta que esta homenagem vai ser votada unanimemente. Penso que esta homenagem devia ir para além dos combatentes da guerra mil novecentos e catorze barra mil novecentos e dezoito, do Ultramar e outros. Não será por mim, que esta proposta não obterá a unanimidade. ----

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) »» Quando um grupo de cidadãos me falou, para saber se eu estava de acordo com esta iniciativa para a Câmara, disse que sim, porque era importante que as vítimas de todas as guerras, fossem lembradas e homenageadas. No entanto uma simples carta de um grupo de cidadãos tem necessariamente um peso político diferente de uma carta que vem de uma Assembleia Municipal. As palavras têm conteúdos. Começo por lembrar que esta proposta, que vem do PS embora não assinada, que eu penso ser uma folha... não basta chegar às pessoas cartas com a data da Assembleia Municipal em papel timbrado e não dizer



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

mais nada... quem assina, qual o grupo que propõe... até parece que há "priori" já está aprovado. Quero clarificar a posição do grupo da CDU e a minha, sobre a questão dos ex-combatentes, na exacta visão de que as palavras têm força e têm conteúdos. -----
Estou de acordo em recordar todas as vítimas de todas as Guerras, nomeadamente a Guerra Colonial e a Grande Guerra. Quando um cidadão desencadeador da presente iniciativa pediu a minha concordância eu dei-lha. O documento inicial tem a sua continuidade nesta recomendação. Mas esta recomendação é discutida e eventualmente aprovada numa Assembleia Municipal, que é um órgão político, com partidos políticos; logo temos de exigir mais rigor nas palavras e nos termos que numa simples carta de cidadãos, ditos apolíticos e eu quero acreditar que sim. -----
Quando no passado vinte cinco de Abril celebramos a Liberdade alcançada, celebramos também o fim da Guerra Colonial. No maravilhoso espectáculo de TV que passou à noite com a presença dos militares de Abril, nunca se falou em Guerra do Ultramar, mas sim em Guerra Colonial. Nas letras das canções, nas palavras ditas, a resistência do Povo Português a uma guerra injusta e opressora, simultaneamente do povo português e dos povos das colónias, ficou bem patente. -----
Historicamente Portugal teve colónias. Assim foi reconhecido até metade do século XX. Depois dessa altura e perante a avalanche libertadora dos povos colonizados com sucessivos países africanos a alcançarem a sua independência, e perante o crescente isolacionismo de Portugal na cena internacional, Salazar sentiu necessidade de mudar o termo colonial para Ultramar e colónias para províncias. Assim, a guerra justificava-se porque estávamos a defender uma província como o Ribatejo ou o Alentejo, pedaços integrantes de Portugal. Obviamente que esta terminologia, base ideológica do regime, foi inculcada nos soldados que partiam e deixou marcas em muitos. Hoje assistimos a um grande companheirismo entre militares que estiveram nas várias frentes de guerra traduzido em múltiplas confraternizações e recordações e o desejo legítimo de homenagear os que morreram e todos os outros que são vítimas de guerra. -----
Quando parti para Angola tinha total consciência que partia para uma Guerra Colonial e não para uma Guerra do Ultramar. Pertencço a um partido (o PCP) que incentivava os seus militares a partirem para a guerra com a responsabilidade de esclarecerem os outros camaradas sobre as razões da injustiça daquela guerra. Hoje, e dito pelos próprios capitães de Abril, sabemos da grande influência que os oficiais milicianos tiveram na progressiva consciencialização política de muitos militantes e oficiais do



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

quadro. O vinte e cinco de Abril também é o resultado desse trabalho feito nos vários quartéis. -----

Por tudo isto, queremos dizer que nós, CDU, aprovaremos esta recomendação de erguer um monumento às vítimas das duas guerras, se a terminologia usada “de ex-combatentes do Ultramar” for substituída por “ex-combatentes das colónias”. Não será diferente para as gerações futuras haver um monumento que respeite a verdade histórica ou a mistifique. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» A distribuição dos documentos foi feita de modo a que a recomendação fosse subscrita por todos os partidos. Estamos perante uma recomendação que gostava que fosse subscrita e aprovada por todos os Almeirinsenses. Os termos usados são os que a proposta continha e, que nos foi enviada. A intenção desta proposta é para homenagear todos os que foram mobilizados e combatentes nesta guerra. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» O grupo do PSD faz uma intervenção neste ponto pelo seguinte: nós entregamos uma moção, nos quando tivemos acesso a esta recomendação acerca do memorial de homenagem aos ex-combatentes, nós tentamo-nos informar de onde tinha partido, e contactamos algumas das pessoas signatárias deste documento que chegou ao Executivo Municipal, para percebermos se esta recomendação estava ou não de acordo com a sua vontade. Penso que não devemos misturar duas guerras que nada tem a ver entre si, até porque umas são muito mais recentes que a anterior, as pessoas têm memórias vivas, muito diferentes. Nos quisemos que estas pessoas tivessem direito a homenagem justa e sentida, que os marcou muito. Estar a misturar as duas guerras é estar a desvirtuar aquilo que é a intenção dos combatentes que subscreveram a proposta. Por esta razão o PSD apresenta esta moção, que no fundo vem dar apoio público na Assembleia Municipal à proposta que os combatentes apresentaram ao Executivo Municipal. Penso que se a mesa concordar podíamos substituir uma moção pela outra, para não desvirtuar aquilo que é a vontade destes combatentes. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» A pedido dos combatentes, a sobre uma acção tão importante lamento que não se estejam a respeitar os valores subjacentes ao documento. -----

O pedido diz o seguinte: uma homenagem sem quaisquer conotações políticas desportivas ou religiosas. Não estava cumprir este pedido. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA JUNTA DE BENFICA »» Como membro desta Assembleia Municipal, do ponto de vista individual e colectivo, tenho o direito de ter a minha opinião própria acerca desta matéria. Tenho consciência que é um assunto delicado. Estive em Angola e lá fiz uma aprendizagem sobre guerra, ser combatente e sobre o Ultramar. (Militar Pára-quedista). -----

Recuso-me que tivesse sido uma combatente, e que a guerra fosse do Ultramar, todo este documento têm uma linguagem, e com essa linguagem devemos ter algum cuidado. Eu não andei em Angola a combater ninguém, eu andei a matar para não morrer, foi obrigado a ir para a guerra, uma guerra que não era minha e se há guerras injustas a de Angola foi das mais injustas. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» O que foi pedido, é que este assunto não fosse tratado como se tratasse de uma questão de mera política. partidária....mas sim que obtivesse uma forma consensual para todos os Almeirinsenses. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Tenho que fazer alguns comentários, porque fiquei um pouco surpreendido do Senhor Presidente num assunto destes vir dizer que se está a politizar. De maneira alguma se esta a tentar politizar. Consultámos pessoas signatárias do referido documento, entregámos a nossa moção que no fundo é um apoio, ao que os combatentes entregaram no Executivo, e porque esta homenagem é para eles. Por isso achamos que são eles que devem ser favorecidos. Desvirtuar a memória, seria estar a não obedecer ao que eles desejam. Por não estarmos a politizar, estamos na disposição que esta moção passe a ser uma moção da Assembleia Municipal. -----

JOÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) »» Creio que o objectivo deste movimento era a realização de um monumento de homenagem às vítimas da guerra. Não ouvi ninguém dizer que este resultado final de homenagem a algo que contemplasse as vítimas, que fosse contra. O que está em causa são o peso das palavras no sentido político, não estou contra a realização de algo que homenageie as vítimas da guerra, agora quanto à forma como o documento está elaborado eu tenho reservas, por isso não me revejo neles. -----

O documento não devia ter províncias do Ultramar, mas sim colónias. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Se todos estiverem de acordo este assunto será discutido durante o intervalo de modo a chegarmos a um entendimento. -----

MARIA JOSÉ (Grupo do PS) »» – Não sei, porque não vivi esta questão da guerra do Ultramar, dado que nesta altura não vivia em Portugal. Mas, a única coisa que gostaria de dizer acerca deste assunto, é que eu vejo aqui um título que diz: “construção de um



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

memorial de homenagem aos ex-combatentes” quer sejam vítimas, quer sejam pessoas que estejam vivas e tenham lutado pelo nosso país. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE BENFICA »» Não andei em Angola a lutar pelo meu país mas sim a matar para não morrer, esta foi a razão, porque andei lá obrigado. -----

MANUEL LUÍS BARBARA (Grupo do PS) »» Havia duas maneiras de ir para o Ultramar; ou se era obrigado ou se era voluntário. Ser pára-quedaista era ser voluntário. Eu fui obrigado, e quando foi estava consciente que era para defender os interesses do meu país. Hoje vejo que o que me disseram estava errado. Penso que Almeirim deve levar esta homenagem até ao fim. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Vamos discutir as moções sobre este assunto durante o intervalo de modo a encontrar-se um texto que aglutine todas as forças políticas. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL »» O ponto seguinte da Ordem De Trabalhos é uma recomendação de uma Postura Municipal sobre o trânsito de Almeirim. A aprovação desta recomendação leva a que a proposta baixe à comissão de trânsito. Lembro que nos temos vindo a tomar decisões por unanimidade sobre este assunto. -----

RECOMENDAÇÃO

Postura Municipal de Trânsito do Concelho de ALMEIRIM de Proibição e Condicionamentos ao Transporte de Mercadorias e Resíduos Perigosos nas Vias de Jurisdição Municipal. -----

Considerando que Assembleia Municipal de Almeirim aprovou por unanimidade diversas recomendações a exigir junto do Governo, que o mais urgente possível iniciasse a construção do Itinerário Complementar número três (IC Três) entre o nosso Concelho e a Chamusca. Considerando que esta é uma das contrapartidas exigidas face à instalação dos dois CIRVER (Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos) no concelho da Chamusca., aterros para resíduos químicos perigosos, mas que, de certo modo, estende a sua influência muito para além da sua área territorial. -----

Considerando que compete ao Estado e às demais pessoas colectivas de direito público, em especial às Autarquias Locais, assegurar que os objectivos da prevenção de acidentes graves e da limitação das respectivas consequências são acautelados no planeamento e gestão de condicionantes e construção de estruturas adequadas ao desenvolvimento dessas actividades. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Considerando que o que está em causa é a defesa dos interesses da população de Almeirim, e que será incomportável para o Concelho que, tais equipamentos sejam postos a funcionar sem o IC Três (entre Almeirim e Chamusca), para além da elaboração de planos de contingência que tenham em conta a possível perigosidade para a população de Almeirim. -----

Considerando que os estudos de tráfego que foram elaborados e respectivos impactos sobre as acessibilidades na área geográfica do nosso Município, em especial no “atravessamento “ da cidade de Almeirim, dado o actual saturamento da mesma, sendo incomportável o seu aumento, para além da perigosidade dos produtos a utilização da mesma pelos veículos pesados que irão transportar os resíduos perigosos. -----

Considerando que de acordo com a alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro é de competência da Assembleia Municipal a aprovação de posturas municipais, sob proposta da respectiva Câmara Municipal. -----

Considerando que uma postura municipal de transito é elaborada ao abrigo do disposto no artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, na alínea a) do artigo dezoito da Lei número cento e cinquenta e nove barra noventa e nove de catorze de Setembro, na alínea u) do número um e da alínea a) do número seis do artigo 6sessenta e quatro, alínea a) do número dois do artigo cinquenta e três, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, esta na redacção que lhe foi dada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, Lei número quarenta e dois barra noventa e oito, de seis de Agosto, no Código da Estrada aprovado pelo Decreto-Lei número cento e catorze barra noventa e quatro, de três de Maio, revisto e republicado pelos Decretos-lei números dois barra noventa e oito, de três de Janeiro e duzentos e sessenta e cinco – A barra dois mil e um, de vinte e oito de Janeiro e, ainda, quarenta e quatro barra dois mil e cinco de vinte e três de Fevereiro e o Decreto-Lei número duzentos e sessenta e sete – A barra dois mil e três de vinte sete de Outubro. -----

Considerando que a procura de soluções de mobilidade tem de ser marcada pela audácia e pela inovação, assumindo que a diversidade e a heterogeneidade das sociedades contemporâneas obriga à adopção de novas soluções, adequadas aos novos tempos. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Considerando que todos os cidadãos têm direito à mobilidade no espaço urbano, no entanto, o contributo para a solução dos problemas da mobilidade urbana é, de igual forma, um dever de cada um, e que não é possível garantir a sua boa resolução, sem o envolvimento da comunidade na procura de soluções e sem o empenhamento de todos na sua concretização, correspondendo essa nova postura a um comportamento correcto de cidadania e, por extensão, ao desenvolvimento de uma nova cultura de mobilidade urbana. -----

Considerando que é de competência da Assembleia Municipal “pronunciar-se e deliberar sobre assuntos que visem a prossecução das atribuições da autarquia de acordo com a alínea q) do número um do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro. -----

Neste sentido a Assembleia Municipal de Almeirim, na sua sessão ordinária de trinta de Abril de dois mil e oito de acordo com as competências previstas na alínea o) do número um do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro de dois mil e dois, conjugado com alínea f) do número um artigo vinte e quatro e com a alínea p) e n) do número um do artigo quatro do Regimento da Assembleia Municipal de Almeirim, deliberou **recomendar ao Executivo Municipal que no âmbito das suas competências aprove uma proposta de “Postura Municipal de Trânsito do Concelho de ALMEIRIM de Proibição e Condicionamentos ao Transporte de Mercadorias e Resíduos Perigosos nas Vias de Jurisdição Municipal”**. -----

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) »» A CDU irá aprovar a recomendação apresentada. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Vou-me referir a algumas questões que aqui foram debatidas. A primeira questão é sobre a saúde, foi focada pela bancada da CDU e pela deputada do CDS, visto que foi distribuído um escrito onde se pretende endossar alguma responsabilidade à Autarquia, quando sabemos que as competências na área da saúde não dizem respeito à autarquia. Tudo aquilo que se possa recomendar o que se possa sugerir para que a Autarquia tenha a responsabilidade de vir a fazer, não pode ser nesses moldes tão concretos e de exigência, porque tudo aquilo que nos fazemos é uma tentativa para colaborar e melhorar os serviços de saúde que são prestados ao nosso utente. Quero lhe dizer que eu próprio tenho desenvolvido as mais variadas diligências para que na área da saúde se possam levar a cabo algumas



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

acções que melhorem o estado da saúde do nosso concelho. Quero lhe dizer que não foi só no contacto com a Doutora Marília com quem a deputada do CDS também esteve, mas foi também com a ARS de Santarém e com a ARS de Vale do Tejo onde disponibilizei a nossa Câmara para termos acções inovadoras, pioneiras que pudessem de qualquer forma vir a melhorar o sistema de saúde em Almeirim. Não fiquei pelo contacto com a Doutora Marília, e espero que ela nos contactos que teve com a senhora deputada do CDS, tenha referido as minhas diligências para que melhorem alguns aspectos da saúde. Vou dizer em concreto o que ultimamente se tem feito e o que se tem tentado com esses contactos; por exemplo, o manifesto desejo da Autarquia financiar o rastreio maciço de algumas formas de cancro, nomeadamente o cancro da mama, foi nesta sequência da sensibilização para o cancro que nos tivemos uma acção de apoio total a “um dia pela vida”, como sabem decorreram em Almeirim, foi reconhecido pela Liga Portuguesa Contra o Cancro, a disponibilidade do nosso Município através das pessoas que estiveram implicadas nessa acção e que proporcionou aquela Liga uma receita de cerca de cento e trinta e sete mil euros, penso que foi um bom contributo do nosso concelho e da sua população, que daqui manifesto publicamente um agradecimento, dado ser uma sensibilização que muitos de nós não esperávamos. O empenho da população foi extremamente importante. Nessa conversa com a senhora Directora do Centro de Saúde, foi-nos respondido que o rastreio do cancro estava relativamente resolvido para as pessoas que eventualmente necessitassem de fazer um rastreio. Não é esta a minha perspectiva, a minha é de um rastreio massivo, mas tive de admitir a resposta da Senhora Directora do Centro de Saúde. No entanto referi um outro aspecto, para o qual eu fiquei sensível, que era o da necessidade de comprar um aparelho que pudesse fazer um diagnóstico das doenças da vista para a diabetes. Disponibilizei-me para financiar a compra desse aparelho que viesse a dotar o nosso Centro de Saúde de um meio que neste momento não tem. É evidente que de seguida foi levantado um outro problema, que é médicos para operarem com este aparelho. Como sabem disponibilizaram dentro das nossas possibilidades para fazermos um protocolo com a Santa Casa para que pudessem avançar com a intervenção no hospital e dele fazerem uma unidade de cuidados continuados, parece que a nossa disponibilidade não foi satisfatória e desistiram de avançar com aquela obra. Foi esta disponibilidade objecto de uma queixa ao Tribunal Administrativo Fiscal de Coimbra por eventual tentativa de favorecimento à Santa Casa da Misericórdia, mas felizmente o Tribunal achou descabida a queixa. Na sua intervenção chegaram a sugerir que a Câmara



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

disponibilizasse casas para a fixação de médicos no nosso concelho. Na minha opinião pessoal entendo que a classe médica não é propriamente uma classe desfavorecida. Também nos contactos que tenho mantido com os responsáveis da saúde nunca me puseram a disponibilidade de habitação com motivo para fixarem médicos do nosso concelho. Eles não concorrem, porque não os há! A questão é esta, embora este governo tenha alargado o número de vagas nas universidades, de medicina, mas que só terá efeitos daqui a alguns anos. Referem as instalações e aquilo que a Câmara devia fazer nas instalações. Gostava de lhe dizer o seguinte: As instalações podem ter a nossa ajuda e têm tido, mas elas são propriedade do ministério da saúde e é ele que tem obrigação de fazer obras de conservação e manutenção dos edifícios. No entanto, recentemente reconstruímos o posto médico da Raposa, construímos o posto médico dos Paços dos Negros, e instalamos no posto médico de Benfica o ar condicionado, para comodidade dos doentes e pessoal médico e recentemente condições de acesso para os doentes idosos que tinha dificuldades de aceder aquele posto médico. Temos tido algumas intervenções em Marianos para conservar aquele edifício, mas que não há duvida que precisa de uma nova intervenção, está no nosso objectivo. É evidente que a responsabilidade devia ser da ARS. Sabemos que no posto medico das Fazendas, a junta de freguesia também prestou apoio no sentido de melhorar algumas condições. Por último gostava de fazer uma referência visto que me acusa, ainda que simpaticamente, pois que por falta de tempo não atende todos os nosso Municípes, quero lhe dizer o seguinte, provavelmente esta sua acusação vem da experiência que vive no seu próprio concelho. Aqui em Almeirim atendo todos, quer na Câmara, quer na rua, quer até em minha casa, onde não nego a ninguém, que me toque a campinha. Penso ser uma visão distorcida da minha acção na área do atendimento. -----
Sobre a saúde fico por aqui, reafirmando a minha disponibilidade. -----
Foi aqui votada uma proposta de louvor ao Rancho Folclórico de Benfica do Ribatejo a propósito da realização do Festival Internacional de Folclore, foi com toda a justiça elaborada, e acrescentada. Todos aqueles que na organização tratam do evento, mas cometeu-se uma injustiça, é que aquele festival não se realizava se não tivesse o apoio prestado pelas autarquias, Câmara Municipal e Juntas de Freguesia acho que não sabe mal, ainda que os políticos não mereçam a consideração dos serem reconhecidos, não fica mal que se refiram todos aqueles que trabalharam de alguma maneira para que o festival de folclore fosse um êxito, publicamente quero deixar aqui o reconhecimento as juntas de freguesia de Benfica, de Raposa e Fazendas sem



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

esquecer Almeirim, dado que foram contributos importantes que se juntam aos da Câmara para que houvesse êxito no festival do folclore. -----

Por ultimo uma referencia ao IC três. Tem sido uma luta minha pois já me tornei antipático junto dos membros do governo nomeadamente o secretário das obras publicas, pois cada vez que estou com ele tenho que lhe falar do IC três e da sua necessidade de a construir com urgência. Ontem numa reunião em Lisboa, mais uma vez lhe puxei pela aba do casaco para lhe falar da sua construção, a qual me respondeu que por imposição dos prazos que a lei estipula e que ele não pode contornar, não pode anunciar a contratação da empreitada do IC três antes do último trimestre. Como sabemos está em apreciação o estudo de impacto ambiental, vai haver um inquérito público, vai haver a definição do itinerário e a partir daí a contratação e execução da obra. São questões que se têm de cumprir. Espero que a nossas insistências não caiam em saco roto. Ainda sobre este assunto, numa reunião que tive na CCDR em Évora levantei esta questão, levantei a condicionante dos carros que transportam resíduos perigosos que por ventura não virem a utilizar a A treze e, fiz pressão para que se construíssem variantes aos principais aglomerados populacionais que tirassem o transporte dos centros populacionais. A questão ficou em aberto, porque a resposta que me deram é que a construção de variantes é muito cara e os valores do QREN não são tão elevados quanto nos desejávamos. No entanto a sua Presidente coloca a hipótese de que os carros que transportem resíduos perigosos e que tenham que percorrer a A treze e a IC três não paguem portagem. Esta afirmação está no campo das hipóteses, muito distante da concretização do IC três/ A treze, no entanto na minha opinião, neste momento aprovar com voto de protesto é extemporâneo, dado estarmos muito longe de qualquer decisão sobre este assunto. ---

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Terminou o período antes da Ordem do Dia, vamos passar ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos. -----

-----ORDEM DO DIA-----

----- (alínea E do número um do artigo quarto do Regimento) -----

PONTO UM - INTERVENÇÃO DOS REPRESENTANTES DOS PARTIDOS POLÍTICOS REPRESENTADOS NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIRIM, SOBRE A EVOCAÇÃO DO TRIGÉSIMO QUARTO **ANIVERSÁRIO DO VINTE CINCO DE ABRIL**, NOS TERMOS DA ALÍNEA R) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE JANEIRO. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS/PP) »» É sempre com renovado vigor que abordo este tema, tendo como inspiração a história recente do nosso país, não deixando de perder de vista o verdadeiro essencial que é... o nosso futuro. -----

De uma forma simplista, os seres humanos encaixam-se, basicamente, em três categorias. -----

Aqueles que têm, ideais e que defendem algumas vezes com o sacrifício da própria vida. Infelizmente são poucos. -----

Uma segunda categoria é a daqueles que, sem grandes rasgos, cumprem uma espécie de determinação genética à semelhança de formigas obreiras. São a grande maioria. -----

E finalmente a daqueles que, a reboque das oportunidades criadas pelos idealistas e apoiados no trabalho da maioria obreira que manipulam, aparecem vindos não sabemos donde, pois não pertencem a nenhuma das categorias anteriores, sendo uma espécie de parasitas se transvestem de salvadores de todos os outros. Não sei se são muitos ou poucos, nem conheço a tendência de crescimento, mas só um desta categoria já é mau. -----

Finalizo, comunicando-lhes que me parece que está em curso uma alteração genética na categoria dos obreiros, talvez fruto do sacrifício de alguns idealistas e, quem sabe, da gulodice desmesurada dos transvestidos. -----

Parece-me que a maioria obreira está ou mais exigente ou mais egoísta. -----

Qualquer que seja a tendência, vai haver mudanças. -----

Espero bem que o rumo escolhido pelas gerações seja o de uma maior exigência. -----

O Futuro está nas mãos delas. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» A invocação histórica do Vinte cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro permite reflectir sobre a situação social, económica e política do nosso País. Sem dúvida que a revolução de Abril setenta e quatro foi uma viragem histórica na sociedade portuguesa. A liberdade de expressão e a consolidação do Estado de Direito permitiu a Portugal e aos Portugueses convergir para o modelo social europeu. Hoje a liberdade de expressão é um dado adquirido para todos os cidadãos, apesar de algumas atitudes ocorridas, que em nada abonam a favor dos direitos e liberdade e garantias. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Nessa medida, o legado histórico de Abril setenta e quatro deverá ser sempre uma referência prática no exercício actual do poder político. O exercício do poder político só tem legitimidade quando assente no sufrágio universal, no pluralismo político e quando os fins a alcançar se centram na sociedade. Nessa medida, os responsáveis políticos devem sempre focalizar a sua actuação em prol do que é necessário para as populações. -----

Caros Deputados: -----

Hoje ninguém põe em causa a liberdade de expressão. Em todo caso, e dado que a Democracia está perfeitamente implementada, o indicador do desenvolvimento económico e social a tomar em consideração é a qualidade da Democracia. Assim, na situação actual, o estado da Democracia não se mede pelo número de direitos fundamentais previstos na Constituição da República Portuguesa, mas sim pelas funções desempenhadas pelo Estado. -----

Ninguém hoje tem dúvidas que “Menos Estado, Melhor Estado” é um factor facilitador do progresso social e económico. Entende-se que, ao Estado cabe as funções de regulador e prestador em determinadas áreas vitais da sociedade, cabendo aos agentes económicos a livre actuação. -----

Em todo o caso, há um conjunto de funções que cabem necessariamente ao Estado e nessas, o Estado deve agir de forma eficaz e eficiente em prol dos cidadãos, promovendo políticas nas diversas áreas da sociedade: educação, saúde, justiça, segurança, segurança social, reinserção social, ambiente. -----

Ora, um dos indicadores para aferir a qualidade da Democracia, é a capacidade do Governo e da Administração Pública agir nestas áreas. A morosidade da justiça não contribui para a existência de um Estado Democrático eficiente. A destruição do serviço (nacional) de saúde universal é a negação de um direito básico dos cidadãos. A par disso, o Estado deve combater a corrupção de forma a dissipar o clima de impunidade em que se vive. O Estado deve actuar no sentido de combater a falta de fiscalização, de supervisão e de credibilidade das instituições responsáveis pela verificação da legalidade da actuação. -----

Se a liberdade de expressão foi uma conquista de Abril' setenta e quatro, nos dias de hoje a defesa da Democracia passa pela defesa dos direitos essenciais dos cidadãos. As medidas políticas não podem perder os valores humanistas que estruturam a sociedade. Ao serviço da política devem estar os cidadãos mais competentes e não os que pretendem a eternização no poder e a promoção de interesses próprios. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Caros Deputados, -----

O PSD entende que a qualidade da Democracia passa por combater os “tiques ditatoriais” e o autismo político de muitos políticos. Não basta apregoar a revolução de Abril 'setenta e quatro, é preciso pôr em prática o respeito pela pluralidade de ideias e o respeito pela legalidade. -----

O PSD manifesta a sua preocupação pela situação económica e social do País. O PSD chama a atenção para o perigo da governamentalização das forças policiais e de investigação. Não é que esteja em causa a separação dos poderes, mas está em causa o poder político imiscuir-se no poder judicial. -----

No plano autárquico, o PSD assumirá uma posição construtiva, apesar de muitos considerarem que é um entrave à governação local. Conforme referi no início do mandato, são mais as coisas que nos unem do que nos separam, dado que acima de tudo está Almeirim e os Almeirinsenses. -----

Caros Deputados, -----

Creiam que o exercício do poder democrático passa também pelo respeito pelos direitos da Oposição e da Lei. A administração local é feita com a participação de todas as forças políticas, em prol dos interesses da população. -----

Há muitos que pretendem a “imortalização na política”, mas esquecem-se que tudo está sempre em mudança. O Vinte e cinco de Abril setenta e quatro é uma referência histórica, mas aos políticos cabe olhar para o futuro e tomar medidas que contribuam para o avanço social e económico dos munícipes. -----

O PSD espera que a maioria socialista saiba compreender os sinais do futuro. A credibilidade dos autarcas passa muito pela sua competência, honestidade e eficiência na gestão dos destinos do Concelho. -----

Tendo em conta a globalização e a Europa dos nossos dias, compete-nos ter a responsabilidade de procurar as melhores oportunidades para o Concelho e defender a nossa cultura, o nosso património e os interesses das nossas Gentes. -----

Muito Obrigado. -----

MARIA JOSÉ (Grupo da CDU) » » Foi no vinte cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro que o Povo Português emergiu de um dos mais negros períodos da sua História, derrubando o regime fascista e iluminando o rumo do progresso sobre os escombros de uma ditadura desumana. Mas o vinte e cinco de Abril de mil novecentos e setenta e quatro não foi apenas um dia. Foi o resultado de décadas de luta abnegada, corajosa e perseverante do povo português que, mesmo nas condições



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

mais adversas, mesmo sob o jugo da censura, da tortura e da repressão mais brutais, construiu o caminho da revolução. -----

Luta que é o exemplo maior das capacidades criativas do Povo, que sempre contou com o estímulo e o empenhamento do Partido Comunista Português, Partido que nunca cedeu nem desistiu perante as mais esmagadoras tentativas de silenciamento. - Foi o resultado da vontade dos homens que, nas Forças Armadas, reflectiam os sentimentos mais legítimos do povo e que assumiram em suas mãos a missão de lhes dar expressão. -----

Abril é o caminho que a luta abriu em que Portugal trilhou e institucionalizou com o contributo inestimável de muitos que homenageamos com particular entusiasmo e alegria. É essa conjugação de factores: luta, libertação e institucionalização de conquistas que produz os efeitos mais importantes da revolução democrática: a consagração da liberdade, da democracia, da livre organização política e partidária. Do direito de manifestação; mas também de direitos sociais que colocaram Portugal na senda do progresso e do bem-estar; o direito à educação pública, o direito à saúde, o direito à habitação, o direito ao trabalho e os direitos no trabalho, o direito à criação e fruição culturais, o direito ao desporto e todo o vasto conjunto de direitos que hoje consideramos elementares, estejam embora muitos por cumprir e outros sob um fogo cerrado. -----

A reforma agrária, as nacionalizações e a verdadeira construção de um Estado ao serviço do povo foram elementos políticos de dimensão estruturais e essenciais para o desenvolvimento do país, para que Portugal se erguesse e se afirmasse. -----

Trinta e quatro anos passados não foram os suficientes para destruir Abril, tal a dimensão e significado dessas conquistas, tal a envergadura da luta que trabalhadores, homens, mulheres e jovens erguem diariamente contra os mais despidorados ataques à Constituição da República Portuguesa de Abril, promovidos pelos grandes interesses económicos e pelos Governos que lhes asseguram o privilégio e a impunidade em cada situação. -----

E essas lutas que se intensificam, apesar das tentativas de branqueamento histórico de eliminação da consciência colectiva e de supressão da participação popular, apesar das tentativas de apagar Abril dos currículos escolares; apesar das limitações às liberdades e dos atropelos aos direitos políticos e sociais – as perseguições a dirigentes e activistas estudantis, sindicais e partidários, os despedimentos de sindicalistas e trabalhadores; apesar das tentativas de reabilitação da figura e Salazar, obliterando que foi o fascismo o regime que condenou Portugal à posição de País



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

mais atrasado em toda a Europa; apesar do estrangulamento e desmantelamento dos serviços públicos e da “demonização” do próprio Estado e suas funções sociais. -----

Comemorar Abril não se faz um dia por ano. Comemorar Abril é defender e aprofundar as suas conquistas económicas, sociais, culturais e políticas a cada dia. -----

A desfiguração do regime democrático, a promiscuidade entre os interesses privados e o exercício de cargos públicos, a submissão do poder político ao poder económico são apenas exemplos da forma como se actua à margem da Constituição da República Portuguesa de Abril. -----

É esta política de refluxo histórico e reconstituição de privilégios das elites, aliada a uma política de subserviência ao directório das grandes potências europeias, bem patente na ratificação parlamentar do Tratado de Lisboa, que aprofunda o rumo neo-liberal, federalista e militarista da EU, contra a própria Constituição da República Portuguesa. -----

São estas políticas de regresso ao passado que colocam Portugal como o país mais assimétrico da União Europeia, onde cresce diariamente o fosso entre os mais ricos e os mais pobres. São estas políticas que desmantelam o aparelho produtivo nacional e degradam a qualidade de vida da população. -----

O desemprego, a precariedade laboral, os baixos salários e a fragilização dos direitos laborais são pragas sociais estimuladas para satisfazer os desejos, não das pessoas ou dos trabalhadores, mas dos grandes grupos económicos que apresentam lucros sempre crescentes nestes tempos chamados de crise. -----

O direito ao Trabalho, direito fundamental e estrutural de Portugal de Abril, é posto em causa por uma prática política cada vez mais retrógrada. -----

Como desdém pelas conquistas do povo, o Governo apresenta em vésperas destas comemorações, as propostas de alteração ao Código do Trabalho que tomam o partido do lado mais forte, sempre enfraquecendo a posição dos trabalhadores, agilizando os despedimentos e acentuando a desarticulação de horários, desregulamentando ainda mais as relações laborais. -----

O ataque a Abril é feito em todos os vectores da política nacional, por este ou aqueloutro Governo, à vez: -----

A juventude, especialmente defendida na própria Constituição, é a linha da frente das novas gerações sem direitos, de mão-de-obra barata e descartável e é também a camada mais atingida pela privatização do Ensino e da Acção Social Escolar e pela ausência de uma política de habitação que assegure a todos a emancipação e autonomização. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Os reformados e pensionistas, actuais e futuros, vêm ser-lhes retirados os direitos que conquistaram, com a sua própria luta, trabalho e esforço. -----

Paralelamente promove-se uma política de concentração de riqueza, que enfraquece o tecido empresarial e produtivo português, acantonando-o às grandes empresas, nomeadamente às de actividade financeira e especulativa. -----

A Educação Pública, gratuita e de qualidade, instrumento nuclear para a emancipação, para a formação integral dos indivíduos é alvo de um ataque sem precedentes. -----

A gestão do território nacional, longe de se aproximar das populações e de ser guiada pelas suas necessidades e anseios, longe de ser orientada pelo desenvolvimento harmonioso de todas as regiões do país, é substituída por venda à peça dos recursos naturais, entre os quais os solos e a água, como infelizmente é também exemplo pela negativa o Município de Almeirim. -----

Ao contrário do que querem fazer crer, a juventude portuguesa é a juventude de Abril, activa e resistente, criativa e empenhada na construção de um país cada vez mais justo e fraterno, desenvolvido em todas as vertentes da democracia pelos construtores de Portugal libertado: política, económica, social e cultural. E embora cada vez mais atacada, cada vez menos protegida, a juventude de hoje transporta o que de mais valioso existe nas gerações passadas. -----

Aqueles que minimizam o papel dos jovens, dos que estudam e dos que trabalham, fazem-no porque sabem que a juventude enquanto força social, transporta um generoso contributo para a necessária ruptura democrática e de esquerda com políticas de direita que têm conduzido o país e o povo a uma continuada degradação. - Abril é do Povo, e se este Governo não está com Abril, não estará certamente com o Povo! E por isso a luta assumiu os momentos mais altos da participação democrática nos últimos tempos – como tornará a fazer já no próximo Primeiro de Maio – envolvendo milhares, trabalhadores também no nosso Distrito com o desfile que se realizará na cidade de Santarém. -----

Abril é a resposta para os problemas estruturais do país: uma política de esquerda que assuma a construção de Portugal como país livre e soberano, capaz de decidir e percorrer os seus próprios caminhos. -----

Mais cedo que tarde, o Povo encontrará na esperança de Abril o futuro do nosso país. E serão cravos os alicerces dessa construção. -----

“Isto vai meus amigos isto vai o que é preciso é ter sempre presente que o presente é um tempo que se vai e o futuro é o tempo resistente”. -----

Viva o Vinte Cinco de Abril! -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

MANUEL LUÍS BARBARA (Grupo do PS) » » Trinta e quatro anos depois cá estamos! Olhando com algum receio o futuro respingado algumas coisas do nossos dias, a educação, a família esta divorciada da missão de educar, a educação resume a dor, uma bofetadas nos professores e uns pontapés nos mais idosos. Estamos longe do sonho do Vinte Cinco de Abril. -----

Nas organizações, os bancos, as telecomunicações, as petrolíferas e outros são o escândalo nos lucros. Têm que pagar mais impostos! Não propriamente o povo que trabalha por conta de outrem. A prestação do Estado, pretende-se que seja só de políticas não lucrativas, deixando para os agentes económicos as áreas onde se vão enchendo proveitos. As políticas devem ser transparentes em relação aos governados, tem que haver transparência na classe política. -----

Estou certo que todos os presentes tentam dar o seu melhor para que o concelho mantenha o seu rumo de progresso. -----

Uma palavra para o Primeiro de Maio. Uma palavra em volta de uma centena e meia de anos de luta de trabalhadores, pelos seus legítimos direitos. -----

Iniciou-se nos Estados Unidos. -----

Para lá da cortina de ferro, os trabalhadores não tinham direito à greve nem à manifestação. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Vamos fazer um intervalo de dez minutos? ----

* **Votação do requerimento para um intervalo de cinco minutos.** -----

Aprovado por unanimidade. -----

-----Regresso aos trabalhos após um intervalo-----

PONTO DOIS – APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO, A, BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) » » Esta informação escrita é omissa relativamente a um assunto que o senhor Presidente da Câmara que fazia com muita frequência, que era falar sobre o IC três, mas não vejo essas acções espelhadas neste documento escrito. Gostava de dizer que a evolução das contas aparenta o mesmo



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

cenário de Fevereiro. As despesas de capital são efectivamente muito baixas, relativamente aquilo que é previsto pelo orçamento, o que segundo as previsões do PPD/PSD, deveremos chegar ao final do ano em cerca de setenta e cinco por cento da execução. Lamento que apesar de o PSD já ter sido notificado pelo IGAL, e que esta entidade tenha enviado ao senhor Presidente da Câmara uma exposição em que o IGAL diz, que deve observar o disposto no artigo sessenta e oito, numero quinze, da lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove, na redacção da lei cinco traço A barra dois mil e dois ou seja, deve-nos entregar aquilo que há muitos anos deveria entregar, que são os processos judiciais. Mais uma vez os processos judiciais não estão aqui. Quero dizer ao senhor Presidente da Câmara de Almeirim que sendo esse o caso não resta outra solução ao PSD que não fazer uma segunda queixa, que certamente não terá o mesmo efeito da primeira, que acabou por ser uma advertência dando razão ao PSD, como não poderia deixar de ser. Pedimos que o senhor Presidente cumpra a Lei -----

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) » » No que diz respeito à informação escrita, toda a gente sabe que o senhor presidente da Câmara tem a obrigação de dar informação à assembleia sobre os processos judiciais. No entanto tem ignorado essa obrigação legal. Para nós essa atitude diz respeito à Assembleia no seu conjunto. A maioria do PS na assembleia nada faz sobre o assunto, isto é, quem não cumpre é a maioria absoluta que está no poder. Tendo? Uma atitude arrogante a semelhança de outras que não contribui em nada para o reforço da democracia, antes pelo contrário. -----

MANUEL LUÍS BARBARA (Grupo do PS) » » Gostaria de salientar neste documento, a primeira adjudicação para o novo Centro Escolar de Almeirim, o primeiro projecto a ser entregue de entre cinquenta e oito municípios que fazem parte do NUT III. O nosso município teve a primeira adjudicação. Foi interessante verificar que a autarquia se empenhou nas ajudas prestadas aos diversos grupos que desenvolveram actividades em prol da iniciativa (um dia pela vida). Foi formalizada a Comissão Intermunicipal na Defesa da Floresta contra incêndios que integra os concelhos de Almeirim, Alpiarça e Chamusca. Esta é a primeira comissão intermunicipal do país. É uma parceria muito interessante que nos leva para o norte do nosso concelho, que vão entre si desenvolver acções de defesa contra incêndios. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA » » Queria só confirmar a informação do PSD. Realmente a IGAL enviou-me para meu conhecimento a exposição que o PSD fez. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PONTO TRÊS – VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ADESÃO À **QUALIFICA-** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS E DE PRODUTOS PARA A VALORIZAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PRODUTOS TRADICIONAIS PORTUGUESES E FIXANDO AS CONDIÇÕES GERAIS PARA ESSA PARTICIPAÇÃO, DE ACORDO COMA ALÍNEA M) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE JANEIRO. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Esta proposta vem na sequência de uma intenção revelada num plano de actividades do executivo que é classificar a origem dos nossos produtos mais representativos, a sopa da pedra, o melão, os enchidos, a caralhota... nós andamos a procura de alguma entidade com competência para encetar este processo de qualificação dos nossos produtos. Acontece que este objectivo era com os outros municípios que também queriam classificar produtos das suas regiões. Com muita razoabilidade juntam-se para criar uma Associação que pudesse criar um staff, competente e, desse conjunto de municípios com interesse comum nasceu a ideia de criar a Associação Nacional de Municípios de Produtores para a valorização e qualificação dos produtos tradicionais portugueses, parece-me uma iniciativa de mérito, nós estamos interessados nela. Penso que em conjunto conseguimos criar um conjunto de competências que também possa vir a trabalhar os nossos produtos e os documentos respectivos, de modo a serem classificados. -----

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) »» Nesta matéria a única coisa que eu queria perguntar era o seguinte: com esta Associação não se estará a cair no erro de amanhã eles desvirtuarem os nossos produtos tradicionais? -----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Encontro um processo razoavelmente comentado e, esta proposta de adesão merecia o meu voto favorável. O que eu tenho a dizer é que geralmente os agrupamentos não são exclusivamente a sua carta de intenções, até que mal seria que qualquer agrupamento fizesse a sua carta de intenções, dissesse coisas horríveis, dizem sempre coisas boas e bons objectivos. Como a mim não me cabe avaliar intenções nem comportamentos das pessoas, mas sim, se o projecto parece exequível. Por esta razão voto favoravelmente esta proposta. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» O PSD irá votar favoravelmente. Esta proposta não está infelizmente quando foi a discussão na reunião do executivo, não ia com toda



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

a informação como está aqui, isso originou a abstenção por parte do Vereador do PSD que não teria ocorrido caso a informação tivesse sido toda entregue. -----

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) » » Quero colocar algumas questões sobre este documento, porque abrange áreas muito diversas que se corre o risco de se estar a criar um “monstro” com custos muito elevados. Uma das perguntas que faço é qual é o custo previsível para a autarquia desta adesão? Não são só os produtos agrícolas, e biodiversidade, folclore, produtos florestais, postos de trabalho, turismo, aproveitamento de matérias-primas pobres, dignificação do espaço rural..., isto sob a designação de situação real dos produtos tradicionais portugueses. Além destes, rendas, têxteis, cerâmicas, artefactos de madeira, pedra, metais... é claro que o que nos interessa fundamentalmente são os enchidos. No entanto diz mais coisas que me preocupam “pretende potencializar o trabalho das autarquias” tem em comum um critério de qualificação, um só critério de actuação e uma só marca: a dúvida que eu tenho é se não poderia haver produtos de qualidade com outras marcas e que correm o risco de serem asfixiadas por esta estrutura. -----

As autarquias hoje em dia têm as suas iniciativas próprias, para a promoção dos seus produtos. Almeirim não é excepção, tem feito várias manifestações que todos conhecemos. A pergunta é qual é o papel das autarquias? Será que o custo do benefício justifica este tipo de adesão? Estas são as preocupações que este documento me suscita. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA » » Esta Associação tem como objectivo criar um staff de gente com competências para aceder à qualificação dos produtos. Respondendo ao risco de desvirtuarmos os nossos produtos, eu creio que não, na medida em que cada área de cada Município, e tendo em conta os produtos que se querem classificar haverá uma investigação sobre as receitas a praticar, sobre a sua qualidade e é com base na recolha que se faz, que se vêm a preparar os documentos que se enviam para as entidades que avaliam e têm a obrigação de classificar os produtos. Os custos de adesão ainda não estão determinados, porque como referi, há uma grande diversidade de produtos. Os custos vão ser determinados em função da estrutura que a Associação tiver que criar. É evidente que criar uma quota, seria estar a criar um valor que podia vir a ser especulativo. -----

* **Votação do ponto número três da Ordem de Trabalhos.** -----

Aprovado por unanimidade. -----

PONTO QUATRO – APROVAR O RELATÓRIO DE GESTÃO DE DOIS MIL E SETE E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE DOIS MIL E SETE, BEM COMO A



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

APRECIACÃO DO INVENTÁRIO DE TODOS OS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES ACORDO COM O PREVISTO NA ALÍNEA C) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NO ARTIGO QUARENTA E SETE (NÚMERO UM E DOIS) DA LEI DOIS BARRA DOIS MIL E SETE DE QUINZE DE JANEIRO, PARA CUMPRIMENTO DO ARTIGO QUARENTA E SEIS DA CITADA NORMA LEGAL. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Como é hábito, quero pedir que seja permitido caso necessário a intervenção do Chefe de Serviços da Contabilidade da Câmara, Senhor Gilberto Xavier, bem como o ROC, que fez o favor de Ester presente para prestar algum esclarecimento necessário. -----

A introdução é uma apreciação muito geral que eu acabei por fazer no documento de introdução ao relatório de gestão e que no fundo refere dois ou três aspectos que condicionaram em muito a nossa actividade quanto á responsabilidade de executar o que estava previsto no Plano e Orçamento e também as condições adversas que condicionaram a nossa acção. A falta do início do QREN, a demora da Empresa Águas do Ribatejo. Quero eu dizer que nos limitámos à execução do projecto que tínhamos candidatado ao Terceiro Quadro Comunitário de Apoio, mas poucos, necessariamente por estar a terminar, ficamos limitados a esses valores. É claro que reconhecemos que a nossa execução não é aquela que desejávamos, vai com certeza aumentar em dois mil e oito. Por outro lado, referir que apresentamos a consolidação das nossas contas, com a inclusão das contas da ALDECS, não tínhamos necessidade de o fazer, não é obrigatório fazê-lo em dois mil e sete, mas a bem da transferência, nós entendemos inclui-la na prestação de contas. Posto isto, deixo as perguntas para os Técnicos presentes na sala, dado que politicamente serei eu a responder. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Após uma análises exhaustiva aos mesmos, o Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim tem a apontar o seguinte: -----

O Património que nos é fornecido em ficheiro refere um total do Valor Actual, um total do Valor Liquido e um total de amortizações, que é diferente do apresentado nas contas. Tal significa que a Câmara não sabe o valor do património ou não o tem adequadamente inventariado. Qual a credibilidade desta lista? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A análise do Balanço Social, mais uma vez, confirmou tudo aquilo que o PSD tem vindo a dizer sobre a forma como os recursos humanos da autarquia têm sido maltratados, por falta de formação e falta de atenção às mais elementares medidas de protecção ao nível de SHST – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. A CMA deu apenas em média quatro virgula trinta e três horas de formação/ano/trabalhador o que é manifestamente pouco. A formação externa teve um custo de seis virgula vinte e cinco euros trabalhador, o que indicia bem o desprezo pela formação dos colaboradores. Cerca de sete por cento dos funcionários da Câmara tiveram um acidente de trabalho em dois mil e sete, com perda de um virgula nove dias/funcionário/ano pelo facto de ter havido esses mesmos acidentes. Tal reflecte-se também no facto de haver cinquenta e nove virgula quarenta e seis horas/trabalhador/ano de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso/feriados. Os Recursos Humanos têm que ser estimados, desenvolvidos e orientados convenientemente. -----

Balanço e Demonstração dos Resultados: -----

Os fundos próprios da autarquia tiveram uma variação superior ao resultado líquido do exercício de dois mil e sete. Tal significa que foram efectuadas alterações patrimoniais aos bens da autarquia que não estão devidamente evidenciadas nas contas, nem explicados os seus motivos; -----

Os Critérios de valorimetria das Imobilizações referem no ponto quatro-um-nove que “nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objecto da correspondente redução, através da conta apropriada.” Assim sendo a CMA deveria anexar as contas das entidades nas quais participa, por uma questão de transparência e para criar a respectiva provisão para investimentos financeiros se necessário. Este é o caso da ALDESP pois deveria ser constituída uma provisão no valor de cinquenta mil, dado que a ALDESP está tecnicamente falida, logo o seu valor contabilístico líquido é zero. Isto, se a Câmara quisesse privatizar a ALDESP o seu valor seria um cêntimo (valor simbólico). -----

Há mais uma ilegalidade muito grave na ALDESC: apesar de estar aprovada a sua liquidação em Dezembro de dois mil e sete não está ainda, à data de vinte e três de Abril de dois mil e oito, registada a mesma na Conservatória do Registo Comercial de Almeirim; -----

A aprovação das contas da ALDESC deveria ter ocorrido previamente à aprovação das contas do Município, o que não ocorreu. O princípio da consolidação de contas



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

implica que a mesma só ocorra após à aprovação das contas das entidades que mantenham um relação societária ou tutelar. Nessa medida, é manifestamente ilegal a consolidação efectuada e conseqüentemente a aprovação das contas do Município; --- Há uma nota referente à consolidação que nos foi entregue que refere que o montante pago à ALDESC pela CMA foi de quatrocentos e treze mil euros que está na rubrica subsídios, não sendo feita qualquer referência aos cento e vinte e um mil euros pagos pelo Município registados em transferências correntes; -----

As amortizações do exercício apresentadas na demonstração dos resultados não coincidem com os aumentos das amortizações evidenciados no quadro das Notas ao Balanço e Demonstração dos Resultados. -----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) » » O órgão que eu integro é a Assembleia Municipal e, é exclusivamente nessa qualidade que vou fazer a minha intervenção e votar este documento, como eles me foram apresentados. O que se passou para trás a ordem das aprovações, não me diz rigorosamente nada. -----

Sempre disse que podia não aprovar um Orçamento ou um Plano de Actividades e, por isso não me forçaria a não aprovar as contas, desde que eu tivesse a garantia que as contas estavam em ordem. Como eu não tenho conhecimento para avaliar contas, nem acompanho o trabalho da contabilidade da Câmara, aparece agora aqui um parecer da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas que diz e emite o seu parecer, que forçosamente terá que acompanhar este trabalhos, avaliá-los e verificar se estão bem. A minha missão sobre este assunto tem que ser outra. Mas, como disse o meu colega do PSD, uma coisa são as contas, outra é o Relatório de Actividades da Câmara. A Sociedade de Revisores de Contas diz que formalmente o Relatório está correcto. Ou seja, constam do Relatório todos os documentos que deviam constar, não faz uma avaliação política do relatório, nem performance, como foi aqui referido. "Mais depressa se apanha um mentiroso que um coxo", página setenta do Relatório de Actividades."Pela boca morre o peixe", Relatório de Actividades da Acção Social. Almeirim é um paraíso de emprego, quando todos os concelhos do país se debatem com problemas de desemprego, Almeirim escapa. -----

Na página setenta, atendimento e acolhimento, diz que nesta área se der continuidade ao atendimento, tendo-se constado uma procura crescente do serviço com solicitações diversas e de carácter multidisciplinar, salientando-se pela sua maior frequência as seguintes problemáticas; precariedade económica associada à sazonalidade do trabalho ao aumento do desemprego. Afinal há aumento de desemprego, ou será que há um aumento menor que nos outros concelhos? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Direi que não aprovo o relatório pela tal avaliação política do mesmo. -----

Resumindo, relatório voto contra, contas voto a favor. -----

-----Prolongamento de Sessão-----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi proposta, e unanimemente aceite, a prossecução dos trabalhos até à uma e dez da manhã. -----

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) »» O nosso sentido de voto não nos oferece dúvidas. -----

O relatório dá como consolidado as contas da ALDESC sem terem sido aprovadas previamente pelo Executivo, que no nosso entender se afigura ferido de ilegalidade. A execução financeira do Plano Plurianual de investimento parece-nos muito fraca, cerca de cinquenta por cento da execução anual e quarenta e sete por cento da execução global, o que para demonstrar que não foram executados compromissos que deviam ter sido executados, que foram assumidos perante a população, também de solicitar a dívida de curto prazo que é bastante significativa, quase o dobro do ano anterior, o que significa dificuldade de pagamento aos fornecedores, que terá um impacto negativo na economia regional e local, porque as despesas correntes apresentam um valor superior às receitas correntes em quase dois milhões de euros, o que significa uns custos descontrolados e uma gestão lasciva e despesista. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» As intervenções da oposição revelam que as nossas contas não merecem observações de relevo. Gostava de dizer que esta questão das contas da ALDESC terem sido aprovadas antes, depois, durante, o que acontece é que não há nenhuma disposição legal que diga que as contas da ALDESC têm que ser aprovadas antes ou depois, elas têm simplesmente de ser aprovadas. Peço ao Senhor Presidente que distribua este parecer pela sala. Em dois mil e sete não tínhamos que fazer a consolidação, fizemos, pelo desejo de transparência, quando apresentamos as contas do Município, porque a consolidação das contas está prevista na Lei das Finanças Locais, mas diz também um artigo dessa Lei que a consolidação deve ser feitas segundo as regras estabelecidas no POCAL, e, no POCAL não há regras estabelecidas. -----

Está neste momento em curso uma reformulação da Lei da Contabilidade das Autarquias e nessa reformulação está prevista a regulamentação das consolidações, enquanto essa regulamentação não sair, não há obrigatoriedade de consolidação. No entanto, e porque temos um ROC que acompanha as nossas contas, quer as da ALDESC, quer as da Câmara, entendemos que havia condições para fazer a



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

consolidação. Não houve nenhum objectivo que essa consolidação das contas da Câmara viesse a possibilitar indirectamente a aprovação das contas da ALDESC. -----

Em relação à falta de formação, como sabe não é nossa preocupação pois, simplesmente a nossa formação é prestada pela CULT, segundo propostas que as Câmaras fazem pela necessidade de formação do seu pessoal, é a CULT que financia através de candidaturas ao Fundo Social Europeu esses cursos, que são gratuitos para as Câmaras, por isso é que não aparecem verbas para a formação. Todos os funcionários que querem, vão à formação. Aliás têm ido a várias, todos eles. -----

Os subsídios às colectividades, para além de um subsídio muito genérico e pequeno, e dadas as todas as Associações para o suporte das despesas correntes, para além destes, a Câmara subsidia as colectividades para o mérito das propostas que nos fazem, pelos eventos que querem fazer, pelo número de atletas, sobretudo de atletas jovens, as inscrições dos atletas nos órgãos federativos... são apoios directos à sua actividade e à promoção de eventos que manifestam dinamismo. Pela acusação que fizeram gostaria de dizer que se verificarem bem as contas, a nossa leitura não é coincidente com a da oposição, por acaso não temos pontos de vista coincidentes, mas se verificarem, as receitas correntes, foram de onze milhões trezentos e noventa mil novecentos e cinquenta e um euros, enquanto as despesas correntes foram de dez milhões quatrocentos e sessenta mil, cento e oitenta euros, o que quer dizer que houve despesas correntes que foram canalizadas para investimentos, isto é uma gestão de mérito, quer queiram, quer não reconhecer estes números eles foram tirados da prestação de contas. Quero-lhe dizer também que a preocupação manifestada no pagamento aos fornecedores, eu não vou defender a dama da Câmara em relação a este particular. Convido os Senhores membros da Assembleia a consultar o mercado e a verem em que condições a Câmara está a efectuar pagamentos aos seus fornecedores e empreiteiros. Gostava que todos vocês recolham esse testemunho do mercado e não do Presidente da Câmara. É para nós motivo de orgulho a situação financeira da Câmara que permite satisfazer com rapidez os compromissos que tem com os fornecedores e empreiteiros. -----

Pela afirmação que fiz à pouco, que os Fundos Comunitários em dois mil e sete, vivem uma travagem, se verificarem as receitas dos Fundos Comunitários ficam por vinte e nove por cento daquilo que tinham previsto inicialmente, porque se previa que o QREN se iniciasse exactamente em dois mil e sete. A execução em investimento é bastante superior aos vinte e nove por cento, quer dizer que utilizámos meios próprios da autarquia. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A prestação de contas é para o Executivo uma situação de orgulho que revela equilíbrio. -----

O ano de dois mil e oito espero que seja o ano da concretização do QREN para podermos fazer aquilo que não foi possível em dois mil e sete. Dizer ainda que a Câmara de Almeirim vai iniciar a construção do Centro Escolar de dezasseis salas, que nos vai orgulhar, dado que fomos o primeiro Município em cinquenta e oito que fazem parte da NUT III do Alentejo e Lezíria, a arrancar com essa obra. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) » » Mais um famoso parecer jurídico, os pareceres jurídicos são como os chapéus “há muitos”, são de tal forma, que este parecer deve ser dos mesmos advogados que deram parecer jurídico na CULT, que diziam que as Águas dos Ribatejo não necessitavam de visto prévio. Já não seria a primeira vez que havia pareceres jurídicos que diziam algo que não estavam de acordo com a lei. ----

Não ouvi o Senhor Presidente referir-se ao relatório semestral, não sei se será tido sido lapso da sua intervenção. -----

Sobre a certificação legal das contas, o trabalho do ROC, e ver é verificar, por critérios de materialidade, como têm a ver com grandes verbas obviamente que existem alguns erros que não foram materiais, por isso não são aqui referidos, são referidos num documento próprio que deve ser enviado ao executivo, onde são expostos todos esses erros que existiram nas contas. Nestas contas, para que dessem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do Município, foi necessário que estivesse contida uma reserva. Motivo de orgulho devia ser ter umas contas chamadas limpas, sem reservas. -----

Pelo valor contido no final do saldo para a gerência seguinte, a Câmara Municipal de Almeirim manteve um saldo bancário médio na ordem dos dois milhões de euros. O Senhor Presidente tinha dito que não havia dinheiro para financiar o Hospital de Retaguarda, mas afinal andam sempre com dois milhões de euros na conta bancária, oferecendo à Misericórdia o pagamento em suaves prestações num período de dez anos. -----

Quanto à chamada “circularização”, aos advogados”, eu pergunto quais são as contingências existentes, quais são os problemas latentes para ver se há necessidade de alguma provisão para riscos ou encargos. -----

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) » » Foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara o seu orgulho em relação ao pagamento aos fornecedores. Acontece que há alguns fornecedores que se queixam de atrasos. A minha pergunta é, qual a média do atraso do pagamento da Câmara aos fornecedores? -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

MANUEL LUÍS BARBARA (Grupo do PS) »» O saudoso Pires Lima diz numa revista, que eu não vou citar o nome, “que as pessoas é que são importante”, este assunto vem a propósito de se acusar a Câmara de que não ter feito formação. Queria dizer que a formação formal em sala não é a única que se faz, a formação informal, muitas vezes no posto de trabalho é a mais importante, do que a prestada em sala, os estagiários que frequentam a Câmara de Almeirim, têm tido formação no posto de trabalho, prestada pelos serviços desta Câmara. Quando visito a Câmara nas horas de expediente verifico essa formação. -----

Dizem que a Câmara não investe na melhoria de vida dos cidadãos. Penso não ser verdade, verifico que existem mais estradas, mais rotundas, mais pavimentações. -----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Importam-se que eu ceda trinta segundos do meu tempo ao colega da Bancada do PSD? -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Quando falo de formação, ela é total: Interna e Externa, incluindo a formação da CULT. Os seis euros e vinte e cinco cêntimos, são referentes à formação externa. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Não tivemos relatório semestral pela simples razão que no primeiro semestre não tínhamos o ROC. Não me parece que algum advogado dê algum parecer que não tenha capacidade de o defender. Posso dizer-lhe que recebi hoje o acórdão do Tribunal de Contas e não deram visto à constituição da Empresa Águas do Ribatejo, por inutilidade, pois chegaram à conclusão que no momento actual não tinha que dar visto e, devolveram. -----

O nosso saldo é para fazer obras, cobria a comparticipação nacional que é da nossa responsabilidade para obras municipais. Vamos fazer o Centro Escolar, trinta por cento é da nossa responsabilidade, logo temos dinheiro para o fazer. -----

Sobre as queixas que têm sido feitas contra mim, têm sido dezenas, primeiro comecei por dormir virado para elas, agora já as levo para a casa de banho. -----

***VOTAÇÃO do Relatório de gestão de dois mil e sete.** -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA, O **Relatório de gestão de dois mil e sete**, com quinze votos a favor do grupo do PS, dez votos contra; três do grupo do PPD/PSD; seis do Grupo da CDU e um do Grupo do CDS-PP. -----

***VOTAÇÃO das demonstrações Financeiras de dois mil e sete.** -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA, **As Demonstrações Financeiras de dois mil e sete**, com quinze votos a favor do grupo do PS e um do Grupo do CDS-PP, nove votos contra; três do grupo do PPD/PSD e seis do Grupo da CDU. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Artigo trigésimo sétimo, do Regimento)

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» O Património que nos é fornecido em ficheiro refere um total do Valor Actual, um total do Valor Líquido e um total de amortizações, que é diferente do apresentado nas contas. Tal significa que a Câmara não sabe o valor do património ou não o tem adequadamente inventariado. Qual a credibilidade desta lista? -----

A análise do Balanço Social, mais uma vez, confirmou tudo aquilo que o PSD tem vindo a dizer sobre a forma como os recursos humanos da autarquia têm sido maltratados, por falta de formação e falta de atenção às mais elementares medidas de protecção ao nível de SHST – Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. A CMA deu apenas em média quatro vírgula trinta e três horas de formação/ano/trabalhador o que é manifestamente pouco. A formação externa teve um custo de seis vírgula vinte e cinco euros trabalhador, o que indicia bem o desprezo pela formação dos colaboradores. Cerca de sete por cento dos funcionários da Câmara tiveram um acidente de trabalho em dois mil e sete, com perda de um vírgula nove dias/funcionário/ano pelo facto de ter havido esses mesmos acidentes. Tal reflecte-se também no facto de haver cinquenta e nove vírgula quarenta e seis horas/trabalhador/ano de trabalho extraordinário, nocturno e em dias de descanso/feriados. Os Recursos Humanos têm que ser estimados, desenvolvidos e orientados convenientemente. -----

Balanço e Demonstração dos Resultados: -----

Os fundos próprios da autarquia tiveram uma variação superior ao resultado líquido do exercício de dois mil e sete. Tal significa que foram efectuadas alterações patrimoniais aos bens da autarquia que não estão devidamente evidenciadas nas contas, nem explicados os seus motivos; -----

Os Critérios de valorimetria das Imobilizações referem no ponto quatro-um-nove que “nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objecto da correspondente redução, através da conta apropriada.” Assim sendo a CMA deveria anexar as contas das entidades nas quais participa, por uma questão de transparência e para criar a respectiva provisão para investimentos financeiros se necessário. Este é o caso da ALDESP pois deveria ser constituída uma provisão no valor de cinquenta mil, dado que a ALDESP está



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

tecnicamente falida, logo o seu valor contabilístico líquido é zero. Isto, se a Câmara quisesse privatizar a ALDESP o seu valor seria um cêntimo (valor simbólico). -----

Há mais uma ilegalidade muito grave na ALDESC: apesar de estar aprovada a sua liquidação em Dezembro de dois mil e sete não está ainda, à data de vinte e três de Abril de dois mil e oito, registada a mesma na Conservatória do Registo Comercial de Almeirim; -----

A aprovação das contas da ALDESC deveria ter ocorrido previamente à aprovação das contas do Município, o que não ocorreu. O princípio da consolidação de contas implica que a mesma só ocorra após à aprovação das contas das entidades que mantenham um relação societária ou tutelar. Nessa medida, é manifestamente ilegal a consolidação efectuada e consequentemente a aprovação das contas do Município; ---

Há uma nota referente à consolidação que nos foi entregue que refere que o montante pago à ALDESC pela CMA foi de quatrocentos e treze mil euros que está na rubrica subsídios, não sendo feita qualquer referência aos cento e vinte e um mil euros pagos pelo Município registados em transferências correntes; -----

As amortizações do exercício apresentadas na demonstração dos resultados não coincidem com os aumentos das amortizações evidenciados no quadro das Notas ao Balanço e Demonstração dos Resultados. -----

Benefícios concedidos pela Administração Pública: -----

Nos termos do número um do artigo um da Lei número vinte e seis barra noventa e quatro de dezanove de Agosto que “Regulamenta a obrigatoriedade de publicitação dos benefícios concedidos pela Administração Pública e particulares”, é obrigatória a publicidade das transferências correntes e de capital que os executivos municipais efectuem a favor de pessoas singulares ou colectivas, exteriores ao sector público administrativo a título de subsídio, subvenção, bonificação, ajuda, incentivo ou donativo. Esta publicitação deverá nos termos do número dois do artigo terceiro efectuar-se em jornal local e em boletim municipal ou, na falta deste, em editais afixados nos lugares de estilo, devendo as publicações ser efectuadas até ao fim do mês de Setembro, para os montantes transferidos no primeiro semestre de, e até trinta e um de Março para os montantes transferidos no segundo semestre cada ano civil através de listagem organizada sectorialmente e contendo a indicação da entidade decisora, do beneficiário, do montante transferido ou do benefício auferido e da data da decisão. A CMA também não cumpriu aqui a lei. -----

Análise Orçamental / Económica: -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Primeiro - O Grau de Cumprimento Orçamental das despesas correntes é cerca de oitenta e cinco por cento, enquanto que o das despesas de capital é de, apenas, cinquenta e três por cento. Tal significa que o executivo se limita a fazer gestão corrente olvidando os investimentos do município em diversas áreas; -----

Segundo - Comparativamente ao orçamento podemos ver que as receitas de capital-transferências de capital são inferiores ao previsto em cerca de dois virgula dois milhões de euros, o que era óbvio dado que esta verba tem a ver também e muito com projectos co-financiados, mas como sabemos o QREN está muito atrasado. Esta maioria Socialista não consegue orçamentar com credibilidade; -----

Terceiro -Estranhamos o facto de as rendas, que como se sabe tem aumentos anuais fixos, nas contas da CMA apresentam uma variação inferior a este valor (05.10 e 07.03); -----

Quarto - As despesas aumentaram comparativamente a dois mil e seis cerca de seiscentos e setenta e seis mil de euros mais quatro virgula nove por cento, principalmente pelo aumento das despesas correntes em cerca de setecentos e catorze mil euros (mais sete virgula três por cento), tendo inclusive as despesas de capital diminuído trinta e oito mil euros (menos zero virgula nove por cento); -----

Quinto - Das despesas correntes os aumentos mais significativos foram para a aquisição de bens e serviços em duzentos e trinta e seis mil euros (mais seis por cento), subsídios em cento e quarenta e seis mil euros (mais quarenta e oito por cento) e transferências correntes em cento e noventa e oito mil euros (vinte e um virgula seis por cento). Isto significa que a CMA não está a resolver o seu problema estrutural com as despesas correntes. O Município aumentou de forma muito significativa as transferências e subsídios para a ALDESC, que o executivo já reconheceu ser um sorvedouro de dinheiro público sem qualquer controlo e deliberou a sua extinção; -----

Sexto - As despesas com bens e serviços aumentaram duzentos e trinta e seis mil euros (seis por cento), sendo de destacar um aumento de duzentos e trinta e oito mil euros em uns enigmáticos e nunca transparentes “outros”; -----

Sétimo - Atribuição sem critérios objectivos de cerca de quinhentos e trinta e sete mil euros para associações e do concelho. Não pomos em causa que algumas entidades mereçam o apoio da CMA mas a questão é como é que se determina o valor do subsídio atribuído a cada entidade? Porque é que um clube desportivo recebe mais que outro? Qual a base para a atribuição destas verbas a estas associações? Tem de



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

haver uma política de transparência na atribuição de subsídios; -----

-

Oitava - Comparando o orçamento com o real podemos ver que todas as rubricas se apresentaram abaixo do previsto, totalizando o desvio cinco virgula quatro milhões de euros (vinte e sete virgula dois por cento), sendo de destacar o desvio de três virgula cinco milhões de euros (menos quarenta e sete virgula quatro por cento) na aquisição de bens de capital e o desvio de um virgula cinco milhões de euros (menos vinte e seis virgula cinco por cento) na aquisição de bens e serviços. Tal significa que a maioria PS, tal como o PSD já tinha dito no debate do orçamento, propõe orçamentos irrealizáveis; -----

Nona - Não podemos ficar indiferente à redução das despesas de capital em trinta e oito mil euros (menos zero virgula nove por cento). O Município tem que investir na melhoria das condições de vida dos Munícipes, no desenvolvimento, no bem-estar, no emprego mas ao invés a maioria prefere gastar onde não deve e poupar onde também o não devia fazer. -----

Situação dos contratos: -----

A Lei número cinquenta e nove barra noventa e nove, de dois de Março, estipula no seu artigo duzentos e setenta e cinco que “*as entidades públicas adjudicantes de empreitadas de obras públicas deverão obrigatoriamente, no primeiro trimestre de cada ano, publicar na segunda Série do Diário da República lista de todas as adjudicações de obras públicas efectuadas no ano anterior, qualquer que tenha sido o seu valor e forma de atribuição, referenciando estes, valor e forma de atribuição e respectivas entidades adjudicatárias.*”. As listas de obras nos mapas publicados no DR apresentam obras que não constam do mapa da situação dos contratos sendo várias as diferenças. Para além disso, verifica-se que há um conjunto de obras descritas no mapa dos contratos mas que não constam na publicação obrigatória no DR. -----

Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados: -----

- 8.2.7. No mapa do activo bruto – não são referidas as imobilizações em curso, de cerca de um milhão de euros o que é um valor significativo e que distorce a análise do mapa. -----

- Falta 8.2.28 - Explicação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe CINCO «Fundo patrimonial», constantes do balanço, ainda por cima quando em dois mil e sete houve mudanças nos fundos próprios, que não as originadas por resultados líquidos. -----

Relatório do Fiscal Único e Certificação Legal de Contas: -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

O projecto das Águas do Ribatejo, origina uma dúvida muito forte ao ROC, que se vê forçado a colocar uma reserva nas contas pois estas não dariam uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira do Município. -----

Cumprimento da alínea c) do número dois do artigo cinquenta e três da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa republicado pela Lei cinco A barra dois mil e dois. -----

Diz o artigo supra citado que compete à Assembleia Municipal sob proposta da Câmara: *“Apreciar o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, bem como apreciar e votar os documentos de prestação de contas;”*. O executivo não cumpre aquilo que está definido na Lei pois não apresenta as obrigações latentes, ou seja, não são referidos os processos em Tribunal (artigo cinquenta e três, número um, alínea e) e artigo sessenta e oito, número quatro todos da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro) em nenhum lado da apresentação de contas, que deveriam ser provisionados consoante a expectativa de sucesso nos processos. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) » » Nós votamos contra, porque o relatório de contas de dois mil e sete, dá como consolidadas as contas da ALDESC sem terem sido previamente aprovadas pelo Executivo porque há uma execução financeira no Plano Plurianual de investimentos muito fraca, de cinquenta por cento da execução anual e quarenta e sete por cento na execução global, o que demonstra que não foram executados compromissos assumidos perante a população e porque há um aumento da dívida a curto prazo significativo, quase o dobro do ano anterior, o que significa dificuldade de pagamento aos fornecedores com correspondente impacto negativo na economia local e regional. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

DOMINGOS MATINS (Grupo do PS) » » O Grupo do Partido Socialista tendo votado a favor das contas apresentadas pelo Executivo Municipal, entende justificar este voto com as seguintes razões: -----

As contas retractam fielmente os movimentos contabilísticos como aliás atesta o relatório do ROC baseado numa permanente e eficaz disponibilidade de todos os documentos por parte dos funcionários e Executivo Municipal. -----
Apraz-nos registar esta postura a favor da verdade e transparência. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Na gestão propriamente dita e na análise que fizemos não nos passaram despercebidas algumas informações que atestam o rigor da gestão PS à frente da Câmara. -----

Se não vejamos: -----

As despesas de pessoal diminuíram em valores reais, visto que o pessoal foi aumentado em dois vírgula cinco por cento, mas as despesas globais desta rubrica não ultrapassaram um vírgula um por cento (página vinte e quatro). -----

Na página cinquenta e um do documento “prestação de contas” verifica-se que das “receitas correntes” onze milhões trezentos e noventa mil novecentos e cinquenta e um euros e trinta e dois cêntimos apenas dez milhões quatrocentos e sessenta e nove mil cento e oitenta euros e cinquenta e nove cêntimos foram absorvidos por “despesas correntes” tendo o restante sido absorvido por “despesas de capital” numa política saudável de privilegiar as despesas de capital. -----

Verificamos que a Dívida a Fornecedores e corrente se fixam em quatro vírgulas noventa e cinco por cento da estrutura de endividamento o que podemos considerar favoravelmente notável no contexto das Câmaras do nosso País, e confirma a opinião dos fornecedores locais de que a nossa Câmara é boa pagadora. -----

Por outro lado as receitas dos Fundos Comunitários quedam-se por vinte e nove vírgula sete por cento do valor previsto, o que reforça o argumento e lamento do nosso Executivo de que dois mil e sete foram o ano zero do QREN, o que limitou imenso a taxa de Execução do Exercício. Apesar disso verifica-se que a Execução Financeira ficou muito acima deste limite, o que nos diz terem sido canalizados para investimentos, receitas próprias. -----

Por último constatamos a “consolidação do balanço” levando em conta a prestação de contas da ALDESC, Empresa Municipal participada a cem por cento pela Câmara. ----

Foi feito apenas cumprindo um espírito da máxima transparência quando, legalmente, não tinha de o fazer. -----

A consolidação está prevista na Lei das Finanças Locais, quando cem por cento do Capital da Empresa Municipal é detido pela Câmara, mas o POCAL não a prevê, não criou normas para a execução e a sua regulamentação a estabelecer, ainda não foi concretizada. -----

Não é, portanto, no que diz respeito a dois mil e sete, obrigatória. -----

Apraz-nos registar também neste ponto o desejo de transparência manifestado pelo Executivo. -----

Julgamos que são razões de sobejo que justificam o nosso voto a favor. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Artigo trigésimo sétimo, do Regimento)

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA » » Um deputado municipal deve votar segundo a sua consciência e é responsável perante os cidadãos do Concelho por essa sua atitude. Norma ética que decorre da Constituição da República Portuguesa. Contudo, sendo eleito em listas partidárias, há situações em que, salvo circunstâncias excepcionais, não deve quebrar o sentido de voto do seu Grupo Municipal: opções do plano e a proposta de orçamento, bem como as respectivas revisões; os documentos de prestação de contas; moções de censura à câmara municipal. -----

Sempre entendemos que o exercício da cidadania como "uma das melhores formas de assumir a democracia" mas que comporta algumas "obrigações morais", acima de tudo, deve constituir um exercício de liberdade: "que deve encorajar a iniciativa individual e as oportunidades que alimentam os direitos individuais". Todos nós sentimos a necessidade de fazer mais para "aproximar os cidadãos da gestão autárquica", o que terá "repercussão e reflexos na melhoria do nível de democracia real na sociedade e por isso devemos tentar "fazer no dia-a-dia o nosso melhor", na convicção de que "cidadania exerce-se de acordo com os talentos de cada um e, por isso, as responsabilidades não são todas iguais" é, neste sentido, "que a responsabilidade maior é das elites", entendendo que os autarcas são "as elites eleitas", um elitismo que é resultado "daquilo que fazem". Considero por isso ser fundamental que "a cidadania transcenda interesses partidários e ideológicos e tal só é possível com a participação dos cidadãos para decidirmos melhor", considerando ser esse o elemento indispensável na gestão de um município, no sentido em que os cidadãos "sintam como suas as decisões" e entendendo que "só sentimos que é nosso, quando participamos." -----

Este é o importante papel dos autarcas - procurar a concretização do interesse público e do bem comum". Entendendo que a definição do bem comum e do interesse público consiste no "equilíbrio entre interesses comuns e bens públicos. Fui eleito por esta Assembleia Municipal e por isso tenho uma dupla legitimação democrática, eleito pelos cidadãos de Almeirim e eleito pelos deputados municipais para presidir a esta Assembleia Municipal, legitimação de que não abduco para fazer ouvir a minha voz. É aliás esse o meu dever, mesmo "sem lóbis de interesses por detrás e sem benesses para distribuir" – um político, mesma na política local não pode ser visto com uma pessoa capaz de pensar uma coisa, dizer outra e fazer uma diferente. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

É no saber honrar os nossos compromissos que livremente assumimos, que demonstramos a capacidade de fazer subordinar, o interesse particular ao interesse geral, é este o sentido de responsabilidade para exercer as nossas funções na política autárquica com toda a legitimidade que advém no voto livremente expresso pelos cidadãos. Foi em obediência a este princípios de ética política o meu sentido de voto. -

PONTO CINCO – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL DE ACORDO COM AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA ALÍNEA q) E r) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA»» A unificação da proposta para a construção de um memorial aos ex combatentes passou a ter a seguinte redacção: -----

----- (Recomendação) -----

CONTRUÇÃO DE UM MEMORIAL DE HOMENAGEM AOS EX-COMBATENTES DO CONCELHO DE ALMEIRIM -----

A Assembleia Municipal de Almeirim considera que homenagear os Ex-Combatentes é antes de mais recordar, com legítimo orgulho, a nossa história multissecular, interpretá-la em toda a sua dimensão, tirar ilações e daí saber apreciar e agradecer, a todos quantos nas diferentes circunstâncias, ditadas pelo momento histórico em que foram chamados a servir, cumpriram o seu dever com enlevo e dedicação, dando o melhor que tinham de seu – a sua própria vida -----

Assim a Assembleia Municipal de Almeirim, na sua sessão ordinária de trinta de Abril de dois mil e oito e de acordo com as competências previstas na alínea o) do número um do artigo cinquenta e três da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, conjugado com alínea f) do número um artigo vinte e quatro, e com a alínea p) do número um do artigo quarto do Regimento da Assembleia Municipal de Almeirim, deliberou recomendar à Câmara Municipal, na pessoa do senhor presidente da Câmara, que tão urgente quanto possível, seja aprovado mandar realizar um projecto de MEMORIAL de modo a perpetuar a memória dos EX-COMBATENTES nas guerras em que Portugal se envolveu no século XX, através de concurso entre artistas de Almeirim, para posterior implantação na cidade. -----

*VOTAÇÃO do memorial aos Ex-Combatentes. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

APROVADO POR UNANIMIDADE uma Recomendação ao Executivo Municipal para a Construção de um memorial de Homenagem aos Ex. Combatentes do Concelho de Almeirim. (Proposta unificada dos grupos políticos). -----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Sobre este tema foi distribuído o que penso acerca deste assunto. No entanto, não resisto à tentação de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara porque é que me respondeu antes do período em que eu iria falar dele? -----

Há aqui uma divergência em relação aos números que o grupo da CDU tem e aqueles que me foram facultados pelo Director do Centro de Saúde, embora não sejam muito diferentes. -----

Na última Assembleia Municipal comuniquei a este Órgão que iria fazer um levantamento do estado da Saúde, da Educação, da Justiça e do Emprego no Concelho de Almeirim. -----

Optei por começar pela Saúde porque, à semelhança do ser humano, é o estado de saúde de uma comunidade que determina a sua capacidade de agir no sentido do seu harmonioso desenvolvimento. -----

Por outro lado, também não deixa de ser verdade que o nosso estado de saúde reflecte a acção de um conjunto de agentes externos, o mesmo acontecendo com uma comunidade. Por exemplo, uma sociedade encontra-se tanto mais deprimida, quanto mais deprimido for o estado da sua economia e o resultado desta minha incursão pelo estado da saúde do Concelho demonstra-o. -----

Quando decidi abordar esta temática, o meu primeiro impulso foi o de promover um levantamento em todos os locais onde é exercida a saúde pública no Concelho, ouvindo os profissionais que neles exercem a sua actividade e aqueles que os utilizam. -----

Para o fazer, pareceu-me indispensável dar conhecimento das minhas intenções ao responsável pelo Centro de Saúde de Almeirim, Sr^a. Dr^a. Marília Narciso e, em conformidade, solicitei-lhe uma entrevista que me foi prontamente concedida. -----

A principal conclusão que retirei deste encontro foi a de que, a maior parte das vezes, os grandes problemas resolvem-se mais rapidamente recorrendo a pequenas soluções, menos dispendiosas e mais ao alcance das nossas mãos, do que com grandes soluções, mais difíceis de alcançar. -----

Eis pois o resultado da conversa entre duas mulheres, uma no exercício das suas atribuições políticas delegadas pelo voto de um conjunto de cidadãos deste Concelho



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

e outra na condição de responsável pelo Centro de Saúde de Almeirim, que não deixou de exercer a actividade para a qual se preparou durante longos anos e que, apesar da sua vida extraordinariamente ocupada, como pude constatar durante o curto espaço de tempo que com ela privei, não deixou de arranjar tempo para me receber e pôr a sua experiência e conhecimentos ao meu dispor. -----

Primeiro) O corpo clínico de Almeirim encontra-se, de momento, deficitário em dois médicos e poderá, a breve trecho, ver este número aumentado para três. Se actualmente já se encontra sem médico de família quinze por cento da população do Concelho, a verificar-se este pressuposto, a situação agravar-se-á. Acontece que está em concurso para contratar médicos para o Distrito de Santarém, à semelhança do que sucedeu em dois mil e cinco, onde apenas surgiram quatro concorrentes para as dezassete vagas disponíveis, conforme notícia o jornal O Mirante na sua edição de três de Abril passado. Ainda de acordo com esta publicação, um determinado executivo camarário acha “incompreensível que um centro de saúde inaugurado em dois mil e um não tenha um médico de família há mais de um ano”, uma determinada Assembleia Municipal faz eco das reclamações das populações ao aprovar duas moções nesse sentido e o Coordenador da Sub-Região de Saúde de Santarém afirma que esta situação só poderá ser ultrapassada com o aumento do número de vagas nas faculdades de medicina. Ora cá está o exemplo de uma grande solução para um grande problema, mas que não está ao alcance das nossas mãos, embora ache que a ANMP possa e deva fazer pressão junto ao Governo para que se avance nesse sentido. A pequena solução poderá ser esta: se a Câmara Municipal de Almeirim informar a entidade responsável pelo concurso para a contratação de médicos que disponibilizará gratuitamente habitação aos médicos que concorram ao CSA, estará a tornar mais atractivo este CS para aqueles médicos. -----

Segundo) Com base nos números disponibilizados pela Dr^a. Marília Narciso, foi constatado que o grupo etário dos utentes mais velhos excede largamente o número de consultas anuais que o Ministério da Saúde tem fixado como média anual por grupo etário. Esta afluência acima da média, reflecte-se negativamente no atendimento aos outros grupos etários. Consciente desta realidade, o CSA desenvolveu um projecto-piloto de terapia ocupacional para este grupo etário, com reflexos muito significativos na diminuição do número de consultas. Quando o espaço destinado a este projecto se tornou exíguo para os aderentes (exclusivamente do sexo feminino), foi contactada a Câmara no sentido de disponibilizar um espaço num pavilhão da cidade, o que veio a suceder. Só que aí as aderentes ao projecto começaram a desmobilizar, porque não



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

se sentiam à vontade para desenvolver aquelas actividades no espaço prontamente cedido pela Câmara. Retomou-se, por isso, o espaço inicial com as limitações que tem. Estamos perante um projecto interessante e que já deu provas de resultados positivos, mas que se encontra num impasse resultante de uma resistência normal do grupo a que se destina. A pequena solução poderá ser esta: uma conversa entre um membro do executivo camarário com sensibilidade para o assunto, a responsável pelo CSA e a técnica responsável pelo projecto, para que se encontre uma solução que agrade a todos e que possibilite o alargamento do projecto a outros utentes. -----

Terceiro) Um outro assunto abordado foi o da resistência dos técnicos de saúde em desenvolver as suas práticas no Posto Médico dos Marianos, em resultado da falta de condições que aquele apresenta, ao contrário do que sucede no Posto Médico do Paço dos Negros que apresenta muito boas condições para aquele exercício. Seguramente muito mais resistência haverá da população dos Marianos em deslocar-se ao posto de atendimento do Paço, por ser uma população envelhecida e com dificuldades em deslocar-se. A pequena solução será realizar as obras necessárias a dotar aquelas instalações das condições indispensáveis ao exercício das práticas médicas o que, seguramente, não delapidará os cofres da autarquia. -----

Quarto) Uma outra situação abordada foi a da extensão de saúde de Benfica do Ribatejo que, de momento, se encontra deficitária de utentes, assistindo-se, nos últimos tempos, a uma migração de utentes daquela freguesia para a sede do Concelho. Cabe aqui, em meu entender, à Direcção do CSA, apurar as razões que conduziram a esta situação. -----

Como é óbvio, depois desta conversa, rapidamente me esqueci dos meus impulsos iniciais e confirmei que, a mais das vezes, se progride mais com uma simples conversa olhos nos olhos, desprovida de preconceitos e pré-julgamentos de parte a parte, do que através de grandes estudos recheados de ideias pré-concebidas que não nos levam a lado algum. -----

Reforcei igualmente a minha convicção de que a tarefa mais importante de um Presidente da Câmara, como munícipe número um que é do seu Município, é a de dispensar algum do seu muito ocupado tempo a ouvir os seus munícipes, independentemente dos cargos de maior ou menor responsabilidade que ocupem no Concelho. -----

Para finalizar, resta-me acrescentar que sobre o estado de saúde do Concelho de Almeirim, seguramente muito mais havia a dizer e a propor. Esta é a minha humilde contribuição. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

O executivo camarário que lhe dê o destino que julgar que ela merece. -----

CARLOS CARDOSO (Grupo do PS) »» Este diagnóstico feito sobre o Centro de Saúde no Concelho de Almeirim, apresentado pelo membro da Bancada do CDS/PP, está bem elaborado, mas, acrescentaria mais, quando refere que cerca de quinze por cento da população do Concelho não tem médico de família, é uma realidade, mas, não refere que em Junho de dois mil e seis essa percentagem era de vinte e três vírgula sete por cento, em Outubro de dois mil e seis era de vinte e um vírgula dezassete por cento, ou seja, tem vindo a baixar gradualmente. -----

Para esta diminuição muito contribuiu a entrada de médicos por concurso, para as Fazendas de Almeirim, Dr. António e Dr^a Mónica e, para Almeirim, a Dr^a Maria do Carmo. Verificou-se em Dezembro de dois mil e seis que a Dr^a Anabela, que prestava serviço em Benfica do Ribatejo se reformou, tendo a sua vaga sido preenchida pelo Dr. Arlindo. Como refere, e muito bem, actualmente em Benfica há défice de doentes. Fala em migração para Almeirim, muito sinceramente, não Sei se é verdade. Este problema de falta de médicos não é um caso isolado de Almeirim, porque certamente onde a Senhora Dr^a Maria Bernardina está inscrita, deve se passar o mesmo que no nosso Concelho. O problema é que não há médicos, o que contraria um pouco o Bastonário da Ordem dos Médicos, que julgo ser afecto ao Partido do CDS/PP, que diz não ser necessários mais médicos. Pode até haver médicos a mais, mas o que está em défice são médicos de Clínica Geral. Como grande solução refere que o Coordenador da Sub-Região de Saúde disse que esta situação só poderá ser ultrapassada com o aumento do número de vagas nas Universidades de Medicina. ----

É um problema que vem de longe, nomeadamente do tempo em que era Ministra a Dr^a Leonor Beleza. Só no Governo do Engenheiro António Guterres é que foram criadas novas Faculdades, e foi aumentado o número de vagas. É óbvio que este diagnóstico só poderá ser avaliado a médio e longo prazo, é preciso esperar para se ver os resultados. Para se ver se esta nova fornada de médicos de Clínica Geral vai colmatar todas as necessidades existentes no País. É necessário aumentar o número de vagas e talvez incentivar aqueles que pretendem optar pela carreira de Clínica Geral. Quanto à pequena solução que apresenta, julgo que não é por se disponibilizar habitações que vamos ter mais profissionais no nosso Concelho. Quanto ao número de consultas exageradas, é sabido que o grupo etário que mais utiliza, é acima dos sessenta e cinco anos, e a faixa etária entre os quarenta e cinco e os sessenta e quatro excede largamente o número de consultas prevista por ano. Temos um número elevado da população que utiliza os serviços exageradamente. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Outro tema foi a resistência dos médicos em prestar serviço em Marianos, por falta de condições. -----

Em Marianos apenas é feita consulta um dia por semana, no meu entender, mais importante seria oferecer mais dias de consultas, centralizando as consultas em Paço dos Negros, onde existem melhores condições, acabariam por beneficiar todos os utentes, quer de Paço dos Negros, quer de Marianos, que teriam médico pelo menos três vezes por semana, traduzindo-se numa melhoria significativa em quantidade e qualidade. -----

Assim, propunha que este diagnóstico baixe à Comissão de Saúde, para ser discutido e analisado. -----

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (Grupo da CDU) »» Partilho a ideia que há falta de médicos, isso tem por trás erros políticos de longos anos. Tem-se prosseguido uma política de saúde que embora na teoria privilegie o médico de família porque está mais próximo dos cidadãos, na prática tem sido o contrário. O número de médicos de família comparativamente ao número de médicos hospitalares, é de um para três. Devia ser o contrário, de uma forma mais equilibrada. -----

Nada se faz logo à saída para os internatos, para que este número seja corrigido, ou seja, tudo é feito de uma forma atractiva à escolha hospitalar cada vez há mais construção hospitalar, cada vez há mais hospitais novos, naturalmente que as pessoas têm sempre preferência em ir para um hospital e escolher uma especialidade, sobretudo daquelas que são mais rentáveis. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» O que está contido neste documento é um bom trabalho, algum dos dados são por nós confirmados e achamos que este assunto deve ser aprofundado na Comissão respectiva. -----

Por fim, devo dizer como é que alguém pode afirmar que a população de Marianos fica melhor servida se for ao Posto Médico de Paço dos Negros, pois tem melhores condições, e que em vez de funcionar na terra um dia por semana, funcione três dias por semana na localidade vizinha. “Só quem passa por elas é que sabe”. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Como sugerido pela maioria dos membros deste Órgão, este documento vai baixar à respectiva Comissão. -----

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA »» Para o período destinado à intervenção do público não está inscrito ninguém, pelo que dou por terminado os nossos trabalhos de hoje. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

----- Terminada a Ordem de Trabalhos, deu-se por encerrada a sessão às zero horas e cinquenta e nove minutos, do dia um de Maio de dois mil e oito, lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela assembleia vai ser assinada pelos membros da mesa. -----

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro – Secretário,

O Segundo – Secretário,
